



Diretoria de Materiais e Patrimônio

licitacoes@campinas.sp.leg.br

compras.camara.campinas@gmail.com

Ramal: 1590

PREGÃO ELETRÔNICO

14/2026

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

UASG: 926677

Data de Abertura: 19/06/2026 às 10:00h	
No sítio: www.gov.br/compras/pt-br	
Código da Licitação: 90014/2026	Data do Edital: 08/06/2026

PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME/EPP/COOP

OBJETO

Contratação de empresa para fornecimento parcelado de materiais de Limpeza, Higiene e Descartáveis, por um período de 12 (doze) meses, ou 60 (sessenta) meses para os itens que foram selecionados para esta estratégia de fornecimento, conforme especificações, condições e exigências estabelecidas no Anexo I - Termo de Referência.

VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

O valor global estimado para a presente contratação é de **R\$ 137.137,41 (cento e trinta e sete mil, cento e trinta e sete reais e quarenta e um centavos)**

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UNID	Valor Unitário Pesquisado	Valor Total Pesquisado
1	Fósforo, corpo de madeira, tipo curto - pacote c/ 10 caixas	10	Pacote	R\$ 4,67	R\$ 46,70
2	Copo descartável biodegradável 180 ml - pacote c/ 100 unid.	2850	Pacote	R\$ 5,64	R\$ 16.074,00
3	Detergente líquido neutro - frasco 500 ml	192	Frasco	R\$ 2,79	R\$ 535,68
4	Papel higiênico institucional folha dupla - fardo c/ 8 rolos (AMOSTRA)	222	Fardo	R\$ 111,82	R\$ 24.824,04
5	Papel toalha institucional folha simples - fardo c/ 6 rolos (AMOSTRA)	590	Fardo	R\$ 127,49	R\$ 75.219,10
6	Limpador multiuso líquido - frasco 500 ml	252	Frasco	R\$ 3,75	R\$ 945,00
7	Lustra móveis - frasco 500 ml	84	Frasco	R\$ 11,83	R\$ 993,72
8	Limpa vidros líquido - frasco 500 ml	48	Frasco	R\$ 4,27	R\$ 204,96
9	Sabonete espuma para mãos - refil 700 a 800 ml (AMOSTRA)	720	Unidade	R\$ 12,99	R\$ 9.352,80
10	Limpa carpete líquido - frasco 500 ml	15	Frasco	R\$ 17,55	R\$ 263,25
11	Escova sanitária tipo lavatina, sem suporte	120	Unidade	R\$ 7,21	R\$ 865,20
12	Detergente líquido limpeza pesada - bombona 5 L	60	Bombona	R\$ 28,90	R\$ 1.734,00
13	Hipoclorito de sódio 5% - bombona 5 L	27	Bombona	R\$ 20,20	R\$ 545,40
14	Álcool antisséptico gel 70° GL - refil 700 a 800 ml	190	Refil	R\$ 13,74	R\$ 2.610,60
15	Desinfetante uso geral - bombona 5 L	60	Bombona	R\$ 17,20	R\$ 1.032,00
16	Luva plástica em polietileno - pacote c/ 100 unid.	12	Pacote	R\$ 3,80	R\$ 45,60
17	Álcool etílico hidratado 46° INPM - frasco 1 L	264	Frasco	R\$ 6,99	R\$ 1.845,36
					R\$ 137.137,41

1

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP
PABX: (19) 3736-1300 - www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 03/06/26.
Documento Nº: 466571-6907 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=466571-6907>



C/MCICV202600048A

SIGA



Diretoria de Materiais e Patrimônio

licitacoes@campinas.sp.leg.br
compras.camara.campinas@gmail.com
Ramal: 1590

As despesas desta licitação onerarão os recursos financeiros classificados sob os números: **01.031.3001.4002.3.3.90.30.21.01.100 e 01.031.3001.4002.3.3.90.30.22.01.100.**

O edital será disponibilizado, sem ônus, no portal eletrônico www.campinas.sp.leg.br e poderá ser acessado no www.gov.br/compras/pt-br, **a partir das 8h do dia 08/06/2026.**

FUNDAMENTO LEGAL:	CRITÉRIO DE JULGAMENTO:	REGIME DE EXECUÇÃO:		MODO DE DISPUTA:
Lei Federal 14.133/2021	Menor preço por item	Empreitada por preço global		Aberto
LICITAÇÃO EXCLUSIVA OU COTAS PARA ME/EPP/COOP	AMOSTRAS E LAUDOS DE ENSAIO	FORMA DE FORNECIMENTO	INSTRUMENTO CONTRATUAL/ NOTA DE EMPENHO DE DESPESA	
Sim	Amostras (itens 04,05 e 09) Laudos de Ensaio (itens 04 e 05)	Parcelado (itens 02, 04 e 05) Imediato e Integral (demais itens)	Termo de Contrato (itens 02, 04 e 05) Nota de Empenho de Despesa (demais itens)	

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	7
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	10
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.....	11
6. DA FASE DE JULGAMENTO	17
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO (DOCUMENTOS)	20
8. DOS RECURSOS.....	27
9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	28
10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	32
11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	33
ANEXOS.....	37

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP
PABX: (19) 3736-1300 - www.campinas.sp.leg.br





Diretoria de Materiais e Patrimônio

licitacoes@campinas.sp.leg.br

compras.camara.campinas@gmail.com

Ramal: 1590

EDITAL

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2026

(Processo Administrativo CMC-ADM-2026/00187)

Torna-se público que a Câmara Municipal de Campinas, por meio do Diretor de Materiais e Patrimônio, sediada na Avenida da Saudade, nº 1004, Bairro Ponte Preta, Campinas-SP, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa para fornecimento parcelado de materiais de Limpeza, Higiene e Descartáveis, por um período de 12 (doze) meses, ou 60 (sessenta) meses para os itens que foram selecionados para esta estratégia de fornecimento, conforme especificações, condições e exigências estabelecidas no Anexo I - Termo de Referência.

1.2. A licitação será formada por 17 (dezessete) itens.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Esta licitação destina-se exclusivamente à participação de microempresas, empresas de pequeno porte e de cooperativas que preencham as condições estabelecidas no artigo 34 da Lei nº 11.488/07 (art. 48, inciso I da Lei Complementar 123/2006), que satisfaçam às exigências fixadas neste edital e seus anexos e estejam com o Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no artigo 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até **3º (terceiro) dia útil** anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP
PABX: (19) 3736-1300 - www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 03/06/26.
Documento Nº: 466571-6907 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=466571-6907>



CMC1CV202600048A

**Diretoria de Materiais e Patrimônio**

licitacoes@campinas.sp.leg.br
compras.camara.campinas@gmail.com

Ramal: 1590

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. **Não poderão disputar esta licitação:**

2.5.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu (s) anexo(s);

2.5.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.5.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.5.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP
PABX: (19) 3736-1300 - www.campinas.sp.leg.br



**Diretoria de Materiais e Patrimônio**

licitacoes@campinas.sp.leg.br
compras.camara.campinas@gmail.com

Ramal: 1590

2.5.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.5.5.1. Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

2.5.5.2. A vedação de que trata o subitem 2.5.5 estende-se às empresas subcontratadas, quando e caso a subcontratação for possível nos termos deste edital.

2.5.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.5.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.5.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

2.5.9. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.5.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.5.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021](#).



**Diretoria de Materiais e Patrimônio**

licitacoes@campinas.sp.leg.br
compras.camara.campinas@gmail.com

Ramal: 1590

2.6. O impedimento de que trata o item 2.5.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.7. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.5.2 e 2.5.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.8. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.9. O disposto nos itens 2.5.2 e 2.5.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.10. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

2.11. A vedação de que trata o item 2.5.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.12. Pessoa física ou jurídica enquadrada como devedor contumaz, nos termos do art. 13, inciso I, alínea “b”, da Lei Complementar nº 225, de 2026.

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP
PABX: (19) 3736-1300 - www.campinas.sp.leg.br





Diretoria de Materiais e Patrimônio

licitacoes@campinas.sp.leg.br

compras.camara.campinas@gmail.com

Ramal: 1590

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes cadastrarão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. A ausência de qualquer documento implicará a inabilitação do licitante.

3.4. A existência de cadastro em sistemas unificados de fornecedores, tais como SICAF ou congênere, não afasta o dever do licitante de anexar na plataforma os documentos relativos à habilitação exigidos neste edital.

3.5. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.5.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.5.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.5.3. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);





Diretoria de Materiais e Patrimônio

licitacoes@campinas.sp.leg.br
compras.camara.campinas@gmail.com
Ramal: 1590

3.5.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.6. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.6.1. Não poderão participar da licitação a cooperativa de mão de obra para fornecimento de trabalhadores para execução de serviços ou empresas que utilizem trabalhadores fornecidos por este tipo de cooperativa, atuando em estado de subordinação, conforme o Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta n.º 438/2003, firmado entre o Ministério Público do Trabalho e o Município de Campinas, em 24/09/2003.

3.7. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.8. São vedadas propostas para um mesmo item/lote formuladas por estabelecimentos distintos de uma mesma licitante (disputa entre matriz e filial ou entre filiais, por exemplo). O descumprimento implicará a desclassificação de ambas proponentes.

3.9. A falsidade de qualquer declaração sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

3.10. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.11. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP
PABX: (19) 3736-1300 - www.campinas.sp.leg.br





Diretoria de Materiais e Patrimônio

licitacoes@campinas.sp.leg.br
compras.camara.campinas@gmail.com

Ramal: 1590

3.12. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.13.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.13.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.14. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.14.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.14.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.15. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 3.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.16. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.



**Diretoria de Materiais e Patrimônio**

licitacoes@campinas.sp.leg.br
compras.camara.campinas@gmail.com

Ramal: 1590

3.17. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, do **VALOR UNITÁRIO E TOTAL DO ITEM, e**

4.1.1. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência, envio de catálogos e/ou informações técnicas complementares e seus anexos;

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Havendo divergência entre especificações constantes deste edital ou de seus anexos em relação às especificações contidas no sistema, prevalecerão às constantes deste edital e seus anexos.

4.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.6. A apresentação da proposta implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP
PABX: (19) 3736-1300 - www.campinas.sp.leg.br





Diretoria de Materiais e Patrimônio

licitacoes@campinas.sp.leg.br
compras.camara.campinas@gmail.com

Ramal: 1590

4.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.8. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante;

5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes;

5.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.6. **O lance deverá ser ofertado pelo VALOR UNITÁRIO DO ITEM.**

11

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP
PABX: (19) 3736-1300 - www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 03/06/26.
Documento Nº: 466571-6907 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=466571-6907>



C/MCICV202600048A



Diretoria de Materiais e Patrimônio

licitacoes@campinas.sp.leg.br
compras.camara.campinas@gmail.com

Ramal: 1590

5.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.9. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **de R\$ 0,10 (dez centavos)**.

5.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.11. Durante a fase de disputa, o Pregoeiro poderá, de ofício, excluir lance registrado no sistema quando constatada, de forma inequívoca:

5.11.1. A ocorrência de erro material manifesto, assim entendido aquele decorrente de evidente equívoco de digitação ou preenchimento, incompatível com a realidade do certame;

5.11.2. A apresentação de valor manifestamente inexequível, nos termos do art. 59 da Lei nº 14.133/2021;

5.11.3. O registro de lance em desacordo com as regras do edital ou com as funcionalidades do sistema eletrônico;

5.11.4. A ocorrência de lance com valor irrisório ou flagrantemente incompatível com os preços de mercado ou com o valor estimado da contratação.

5.11.5. A exclusão de lance será excepcional, devidamente motivada e registrada no sistema, com indicação clara da ocorrência verificada, assegurando-se a transparência, isonomia e regularidade do certame.

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP
PABX: (19) 3736-1300 - www.campinas.sp.leg.br





Diretoria de Materiais e Patrimônio

licitacoes@campinas.sp.leg.br

compras.camara.campinas@gmail.com

Ramal: 1590

5.12. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.13. Será adotado o **modo de disputa “aberto”**, onde os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições propostas no item 5.12, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecerem novos lances sucessivos;

5.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública;

5.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários;

5.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação;

5.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações;

5.13.6. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários;

5.13.7. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

13

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP
PABX: (19) 3736-1300 - www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 03/06/26.
Documento Nº: 466571-6907 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=466571-6907>



C/MC/ICV/202600048A



Diretoria de Materiais e Patrimônio

licitacoes@campinas.sp.leg.br
compras.camara.campinas@gmail.com
Ramal: 1590

5.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

5.19.1. Havendo eventual empate entre propostas nas condições do subitem anterior, após concedida a preferência prevista no art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/06, e suas alterações, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

5.19.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.19.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.19.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, sendo aplicado, para tanto, o Decreto Federal 11.430/2022 até o advento de regulamentação local superveniente;

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP
PABX: (19) 3736-1300 - www.campinas.sp.leg.br





Diretoria de Materiais e Patrimônio

licitacoes@campinas.sp.leg.br
compras.camara.campinas@gmail.com

Ramal: 1590

5.19.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.19.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.19.2.2. Empresas brasileiras;

5.19.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#);

5.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração;

5.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes;

5.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório;



**Diretoria de Materiais e Patrimônio***licitacoes@campinas.sp.leg.br**compras.camara.campinas@gmail.com***Ramal: 1590**

5.20.4. o pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance, devidamente preenchida na forma do Anexo I-A – Modelo de Proposta Comercial, Declaração do Anexo II, ofertado após a negociação realizada, acompanhada dos laudos exigidos no subitem 3.5 do Termo de Referência (itens 04 e 05), catálogos dos itens e demais documentos de habilitação exigidos neste Edital e, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, devendo ser preferencialmente compactados e enviados em um único arquivo, no formato compactado ZipFile, com a extensão: “.zip, respeitando a forma e o prazo previsto neste edital.

5.20.4.1. O pregoeiro poderá solicitar o envio de catálogos e informações técnicas complementares aptas a comprovar que a proposta atende plenamente às especificações do Termo de Referência.

5.20.4.2. Havendo indícios de inexequibilidade da proposta — isto é, quando o valor final ofertado for inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração — o licitante deverá apresentar, juntamente com a proposta atualizada, documentos comprobatórios de exequibilidade (custos de insumos, produtividade, condições operacionais, etc.) ou custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta, sob pena de desclassificação, conforme previsto no item 6.6.4 deste Edital e no art. 59, III, da Lei 14.133/2021.

5.20.4.3. Os documentos exigidos para habilitação deverão estar com prazo vigente na data da convocação do Pregoeiro no sistema, à exceção daqueles que, por sua natureza, não contenham validade;

5.20.4.4. Para fins do disposto neste edital, entende-se como documento digital aquele nato-digital ou digitalizado, este último em formato PDF, sendo vedada a apresentação de arquivos em imagem.

5.21. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

**Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP
PABX: (19) 3736-1300 - www.campinas.sp.leg.br**





Diretoria de Materiais e Patrimônio

licitacoes@campinas.sp.leg.br
compras.camara.campinas@gmail.com

Ramal: 1590

5.22. O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação, suspender a sessão para analisá-los minuciosamente ou para realizar diligências com vistas ao saneamento de erros ou falhas, mediante decisão fundamentada, registrada via chat e acessível aos licitantes.

5.23. O Pregoeiro poderá requisitar o assessoramento da área técnica competente para, com base em parecer técnico devidamente motivado e conclusivo, proceder ao julgamento das propostas quanto ao atendimento das especificações técnicas, dos parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade, bem como das demais exigências previstas no edital.

5.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.5 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- d) Relação de apenados de impedimento de contrato/licitação mantida pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - TCE-SP (<https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-relacao-apanados>);
- e) Cadastro de condenações cíveis por ato de improbidade administrativa, mantida pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ (https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)

17

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP
PABX: (19) 3736-1300 - www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 03/06/26.
Documento Nº: 466571-6907 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=466571-6907>



C/MCICV202600048A



Diretoria de Materiais e Patrimônio

licitacoes@campinas.sp.leg.br
compras.camara.campinas@gmail.com
Ramal: 1590

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#)).

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro **examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital** e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

6.5. Será considerado como requisito para aceitação da proposta a aprovação das amostras/laudos, que deverão ser enviados/apresentados nos termos estabelecidos no item 3.4 e 3.5, respectivamente, do Anexo I Termo de Referência e Anexo I-B – Análise das Amostras.

6.6. Será **desclassificada** a proposta vencedora que:

6.6.1. Contiver vícios insanáveis;

6.6.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP
PABX: (19) 3736-1300 - www.campinas.sp.leg.br





Diretoria de Materiais e Patrimônio

licitacoes@campinas.sp.leg.br
compras.camara.campinas@gmail.com

Ramal: 1590

6.6.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação após tentativa de negociação do pregoeiro;

6.6.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.6.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável;

6.6.6. Deixar de apresentar documentação indicada neste Edital ou constante do Termo de Referência.

6.7. Quando verificado o indício referido no caput, o licitante deverá apresentar, em conjunto com sua proposta atualizada, os documentos complementares arrolados no item 5.20.4.2.

6.7.1. A proposta será desclassificada por inexequibilidade quando, na análise dos documentos apresentados, for constatado que:

6.7.1.1. Os custos da licitante ultrapassam o valor da proposta; e

6.7.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta;

6.7.1.3. A compatibilidade do preço com os valores praticados no mercado, conforme estudos e pesquisas realizadas pela Administração;

6.7.1.4. A viabilidade financeira do licitante, especialmente quando o valor proposto for consideravelmente inferior ao estimado ou ao valor médio de mercado, será através do envio de Nota Fiscais, contratos celebrados com a Administração Pública que justifiquem o preço ofertado dentre outros documentos legais.

6.7.2. O pregoeiro poderá realizar diligência para solicitar informações complementares às previamente apresentadas sobre a exequibilidade da proposta.





Diretoria de Materiais e Patrimônio

licitacoes@campinas.sp.leg.br
compras.camara.campinas@gmail.com
Ramal: 1590

6.8. No caso de proposta inexecuível e de sua não comprovação, a Administração não realizará qualquer ajuste de preços ou condições para permitir a execução do objeto, sendo mantida a desclassificação da proposta inexecuível.

6.9. Poderão ser efetuadas diligências, mesmo após finalizado o prazo para apresentação de proposta adequada ao último lance, em prazo razoável e isonômico a ser fixado pelo pregoeiro, prorrogável uma única vez, por igual período:

6.9.1. Para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta, caso haja indícios de inexecuibilidade;

6.9.2. Para correção de erros formais, que não alterem a substância da proposta e sobre a necessidade de esclarecimentos complementares;

6.9.3.A pedido do setor técnico, quando da verificação de documentos.

6.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO (DOCUMENTOS)

7.1. Os documentos de habilitação deverão ser apresentados conjuntamente com a proposta atualizada, no prazo de 2 (duas) horas a contar da solicitação do pregoeiro, conforme disposto no item 5.20.4 do presente Edital.

7.2. Os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, que serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#), e deverão estar em nome da pessoa jurídica licitante, são os seguintes:

7.2.1. Habilitação Jurídica:

7.2.1.1. No caso de **empresário individual**: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP
PABX: (19) 3736-1300 - www.campinas.sp.leg.br





Diretoria de Materiais e Patrimônio

licitacoes@campinas.sp.leg.br
compras.camara.campinas@gmail.com

Ramal: 1590

7.2.1.2. Tratando-se de **microempreendedor individual – MEI**:

Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI cuja aceitação ficará condicionada à verificação de autenticidade no sítio:
www.portaldoempreendedor.gov.br;

7.2.1.3. No caso de **sociedade empresária**: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

7.2.1.4. No caso de **sociedade simples**: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local da sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

7.2.1.5. No caso de **empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país**, Decreto de Autorização e Ato de Registro ou Autorização para Funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

7.2.1.6. No caso de **cooperativa**: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

7.2.1.7. As **Cooperativas de Consumo** deverão encaminhar além de seu ato constitutivo, a Demonstração de Resultados do Exercício (DRE) referente ao último exercício social exigível, assinado por bacharel ou técnico em Ciências Contábeis devidamente habilitado, constando nome completo e registro profissional, nos termos do art. 34 da Lei Federal 11.488/07, a fim de comprovar sua equiparação às MEs e EPPs.

7.2.1.8. Os documentos arrolados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da respectiva consolidação.

7.2.1.9. **Comprovação do enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte**, por meio de:





Diretoria de Materiais e Patrimônio

licitacoes@campinas.sp.leg.br
compras.camara.campinas@gmail.com
Ramal: 1590

7.2.1.9.1. Certidão expedida pela Junta Comercial, caso exerça atividade empresarial;

7.2.1.9.2. Documento expedido pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, caso atuem em outra área, que não a empresarial;

7.2.1.9.3. Comprovação de inscrição no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições – Simples Nacional.

7.2.1.9.4. Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome do licitante, com indicação do número de inscrição no CNPJ.

7.2.2. Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:

7.2.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (**CNPJ**) do Ministério da Fazenda ou Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral;

7.2.2.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes **estadual**, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.2.2.3. Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;

7.2.2.4. Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual** da Sede do Licitante, que deverá ser comprovada pela apresentação de Certidão negativa ou positiva com efeito de negativa expedida pelo órgão competente, ou através de sistema eletrônico (ficando sua aceitação, nesse caso, sujeita à verificação de veracidade via internet), que demonstre a regularidade, ao menos, do ISS – Imposto sobre Serviços;

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP
PABX: (19) 3736-1300 - www.campinas.sp.leg.br





Diretoria de Materiais e Patrimônio

licitacoes@campinas.sp.leg.br

compras.camara.campinas@gmail.com

Ramal: 1590

7.2.2.5. Prova de regularidade relativa à **Seguridade Social** e com o Fundo de Garantia do Tempo do Serviço (**FGTS**);

7.2.2.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovado pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011.

7.2.3. Qualificação Econômico-Financeira

7.2.3.1. **Certidão negativa de feitos sobre falência** expedida pelo distribuidor da sede da licitante, com data não superior a 03 (três) meses da data limite para recebimento das propostas, se outro prazo não constar do documento.

7.2.3.1.1. Se o licitante for cooperativa ou sociedade não empresária, a certidão mencionada no subitem 7.2.3.1 deverá ser substituída por certidão negativa de ações de insolvência civil.

7.2.4. Outras comprovações:

7.2.4.1. Declaração conforme disposto no Anexo II – Modelo de Declarações, atestando que:

7.2.4.1.1. E que não possui, em seus quadros, administrador ou sócio com poder de direção que possua vínculo de parentesco, até o terceiro grau inclusive, com agente político ou Vereador de Campinas, ou ainda com servidor público de setor da Câmara Municipal de Campinas envolvido diretamente com o processo licitatório, ou com capacidade de nele influir.

7.2.4.2. Apresentação de amostras dos itens 4, 5 e 9, além do laudo de ensaio realizado de acordo com a norma ABNT 15464:10 para o item 4 e laudo de ensaio realizado de acordo com a norma ABNT 15464:11 para o item 5, em conformidade item 3.5 do Termo de Referência e demais.





Diretoria de Materiais e Patrimônio

licitacoes@campinas.sp.leg.br
compras.camara.campinas@gmail.com

Ramal: 1590

7.3. Regras Gerais

7.3.1. O descumprimento do prazo de habilitação disposto nos itens 5.20.4 e 7.1 ensejará a inabilitação do licitante.

7.3.1.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para a apresentação da Certidão Negativa ou Positiva com efeito de negativa, nos termos do art. 43 e §§ da Lei Complementar nº 123/06.

7.3.2. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.3.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação anexados no Comprasnet poderão ser solicitados em original ou por meio de cópia autenticada a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo pregoeiro;

7.3.4. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.3.5. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.3.6. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP
PABX: (19) 3736-1300 - www.campinas.sp.leg.br



**Diretoria de Materiais e Patrimônio**

licitacoes@campinas.sp.leg.br
compras.camara.campinas@gmail.com

Ramal: 1590

7.3.6.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

7.3.7. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

7.3.8. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

7.3.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.3.10. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de, NO MÍNIMO, DUAS HORAS, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.3.11. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.3.12. Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado;

7.3.13. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):





Diretoria de Materiais e Patrimônio

licitacoes@campinas.sp.leg.br
compras.camara.campinas@gmail.com

Ramal: 1590

7.3.13.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.3.13.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.3.14. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.3.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.1.

7.3.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior;

7.3.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

7.3.18. É facultado ao Pregoeiro, em qualquer fase da licitação, desde que não seja alterada a substância da proposta, adotar medidas de saneamento destinadas a esclarecer informações, corrigir impropriedades na documentação de habilitação, da proposta, ou complementar a instrução do processo.

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP
PABX: (19) 3736-1300 - www.campinas.sp.leg.br





Diretoria de Materiais e Patrimônio

licitacoes@campinas.sp.leg.br
compras.camara.campinas@gmail.com

Ramal: 1590

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.2. **A intenção de recorrer deverá ser manifestada no prazo de 10 minutos**, que será aberto automaticamente no sistema, imediatamente após a aceitação da proposta, bem como após a habilitação, sob pena de preclusão.

8.3. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de comunicação no sistema.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da comunicação via sistema ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.



**Diretoria de Materiais e Patrimônio***licitacoes@campinas.sp.leg.br**compras.camara.campinas@gmail.com***Ramal: 1590**

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na forma do Ato da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Campinas nº 15/2022.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

9.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

9.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;

9.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

9.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP
PABX: (19) 3736-1300 - www.campinas.sp.leg.br





Diretoria de Materiais e Patrimônio

licitacoes@campinas.sp.leg.br
compras.camara.campinas@gmail.com

Ramal: 1590

9.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

9.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

9.1.5. Fraudar a licitação;

9.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

9.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

9.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

9.1.8. Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

9.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1. Advertência;

9.2.2. Multa;

9.2.3. Impedimento de licitar e contratar; e

9.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

29

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP
PABX: (19) 3736-1300 - www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 03/06/26.
Documento Nº: 466571-6907 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=466571-6907>



C/MC/ICV/202600048A



Diretoria de Materiais e Patrimônio

licitacoes@campinas.sp.leg.br
compras.camara.campinas@gmail.com

Ramal: 1590

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

9.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

9.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

9.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor estimado da contratação, recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

9.4.3. Nos casos em que o valor estimado da contratação, para fins de base de cálculo das multas, será o somatório dos valores de todos os grupos/itens que compõe a contratação, salvo se o licitante oferecer proposta apenas em relação a parte dos grupos/itens, situação em que será considerado o somatório dos valores dos itens/grupos para os quais o licitante optou por participar.

9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP
PABX: (19) 3736-1300 - www.campinas.sp.leg.br



**Diretoria de Materiais e Patrimônio**

licitacoes@campinas.sp.leg.br
compras.camara.campinas@gmail.com

Ramal: 1590

9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que,

31

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP
PABX: (19) 3736-1300 - www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 03/06/26.
Documento Nº: 466571-6907 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=466571-6907>



C/MCICV202600048A



Diretoria de Materiais e Patrimônio

licitacoes@campinas.sp.leg.br
compras.camara.campinas@gmail.com
Ramal: 1590

se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

9.15. As sanções relativas à fase contratual (quando houver assinatura de contrato, caso a opção seja por dispensar em relação a alguns itens) serão disciplinadas no respectivo instrumento contratual em anexo ao edital.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados **exclusivamente por forma eletrônica**, pelos seguintes e-mails: licitacoes@campinas.sp.leg.br ou compras.camara.campinas@gmail.com

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos **não** suspendem os prazos previstos no certame.

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP
PABX: (19) 3736-1300 - www.campinas.sp.leg.br



**Diretoria de Materiais e Patrimônio***licitacoes@campinas.sp.leg.br**compras.camara.campinas@gmail.com***Ramal: 1590**

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.5. O pregão poderá ser retomado após a homologação da licitação, para aplicação dos procedimentos previstos nos parágrafos 2º e 8º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

11.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.





Diretoria de Materiais e Patrimônio

licitacoes@campinas.sp.leg.br
compras.camara.campinas@gmail.com
Ramal: 1590

11.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, exceto aos indicados na minuta de contrato, quando for o caso, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

11.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.10. Em atenção ao disposto na Lei Municipal 15.593/2018, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 20.290, de 17 de abril de 2019, a Contratada recrutará, preferencialmente, mão de obra oriunda do Programa de Atenção à População em Situação de Rua, “Parceiros da Cidade – Mão Amiga”, devendo, neste caso, entrar em contato com a Secretaria Municipal de Assistência Social, Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos – SMASDH, pelos seguintes canais de comunicação: Telefone: (19) 2515-7292; Celular: (19) 99394-0974; Av. Anchieta, 343, 5º andar, Campinas/ SP.

11.11. Em atendimento ao disposto no Comunicado GP 03/2024 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, arrola-se abaixo as regulamentações à Lei nº 14.133/2021 editados no âmbito da Câmara Municipal de Campinas, que poderão ser acessados no seguinte link: <https://sapl.campinas.sp.leg.br/norma/pesquisar>:

11.10.1. Ato da Mesa Diretora nº 05/2023 (Regulamenta os §§3º e 5º do art. 8º da Lei nº 14.133/2021, para dispor sobre regras e diretrizes para a atuação do agente de contratação, do pregoeiro, da equipe de apoio, da comissão de contratação e dos gestores e fiscais de contratos, no âmbito do legislativo municipal);

11.10.2. Ato da Mesa Diretora nº 01/2024 (Regulamenta o §1º do art. 23 da Lei 14.133/2021, para dispor sobre os procedimentos relativos à pesquisa de preços e a definição do preço máximo para as contratações por licitação, dispensa ou inexigibilidade);

11.10.3. Ato da Mesa Diretora nº 02/2024 (Regulamenta o §2º do art. 23 da lei nº 14.133/2021, para dispor sobre os procedimentos relativos à pesquisa de

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP
PABX: (19) 3736-1300 - www.campinas.sp.leg.br





Diretoria de Materiais e Patrimônio

licitacoes@campinas.sp.leg.br
compras.camara.campinas@gmail.com
Ramal: 1590

preços e a definição do preço máximo nos processos licitatórios para contratação de obras e serviços de engenharia);

11.10.4. Ato da Mesa Diretora nº 05/2024 (Dispõe sobre o enquadramento dos bens de consumo nas categorias de qualidade comum e de luxo, em conformidade com o §1º do art. 20 da Lei nº 14.133/2021);

11.10.5. Ato da Mesa Diretora nº 06/2023 (Regulamenta o inciso VII do caput do art. 12 da Lei nº 14.133/2021, para dispor sobre o Plano de Contratações Anual, no âmbito da Câmara Municipal de Campinas);

11.10.6. Ato da Mesa Diretora nº 12/2025 (Dispõe sobre os procedimentos para convocação de licitante remanescente e a contratação de remanescente de obra, serviço ou fornecimento em consequência de não assinatura contratual ou de rescisão do contrato vigente, conforme artigo 90 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021).

11.11. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.

11.12. Fica assegurado a esta Câmara, por intermédio da autoridade competente, o direito de, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente, revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, ou anulá-la por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, dando ciência aos participantes, na forma da legislação vigente.

11.13. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) <https://www.gov.br/compras/pt-br/> e endereço eletrônico: <https://transparencia.campinas.sp.leg.br/licitacoes/contratos-convenios-e-obras/licitacoes>.

11.14. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- Anexo I – Termo de Referência;
- Anexo I - A: Modelo de Proposta Comercial;
- Anexo I – B: Critérios de Avaliação de Amostras;

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP
PABX: (19) 3736-1300 - www.campinas.sp.leg.br

35



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 03/06/26.
Documento Nº: 466571-6907 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=466571-6907>



C/MC/ICV/202600048A



Diretoria de Materiais e Patrimônio

licitacoes@campinas.sp.leg.br
compras.camara.campinas@gmail.com

Ramal: 1590

- Anexo II – Modelo de Declarações;
- Anexo III - Termo de Ciência e Notificação;
- Anexo IV – Minuta de Contrato.

Campinas, 03 de junho de 2026.

Julio Cesar Favinha

Diretor de Materiais e Patrimônio

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP
PABX: (19) 3736-1300 - www.campinas.sp.leg.br

36



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 03/06/26.
Documento Nº: 466571-6907 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=466571-6907>



C/MCICV202600048A



Diretoria de Materiais e Patrimônio
 Coordenadoria de Almoxarifado
 almoxarifado@campinas.sp.leg.br
 Ramal: 1890

V.23 1 2026

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

- 1.1. Contratação de empresa para fornecimento parcelado de materiais de limpeza, higiene e descartáveis, conforme especificações, condições e exigências estabelecidas neste **Termo de Referência**, ora fundamentados nos estudos técnicos preliminares.

2. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

ITEM	ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	CATMAT	QTD.	UNIDADE DE MEDIDA
1	FÓSFORO, CORPO DE MADEIRA, TIPO CURTO. <ul style="list-style-type: none"> PACOTE COM 10 CAIXAS MARCAS INDICADAS: FIAT LUX, PARANÁ, PINHEIRO CÓDIGO INTERNO: 3009 ENTREGA: ÚNICA	279329	10	PACOTE
2	COPO DESCARTÁVEL OXIBIODEGRADÁVEL PARA ÁGUA CAPACIDADE DE 180ML, PRODUZIDO EM PLÁSTICO BIODEGRADÁVEL OU COM A ADIÇÃO DE ADITIVO D2W OU SIMILAR PARA QUE SE TRANSFORME EM CATEGORIA DE PLÁSTICO BIODEGRADÁVEL; <ul style="list-style-type: none"> NÃO TÓXICO, TRANSPARENTE OU BRANCO, REFORÇADO COM FRISOS LATERAIS E BOA RESISTÊNCIA. ISENTOS DE MATERIAIS ESTRANHOS, BOLHAS, RACHADURAS, FUROS E DEFORMAÇÕES. BORDAS ARREDONDADAS NÃO CORTANTES, ISENTOS DE BORDAS AFIADAS E REBARBAS- SEM TELESOPAMENTO. DE MATERIAL APROPRIADO PARA O USO AO QUAL SE DESTINA (UTILIZAÇÃO: LÍQUIDOS FRIOS) NA EMBALAGEM DEVERÁ INFORMAR QUE SE TRATA DE COPO BIODEGRADÁVEL. ACONDICIONAMENTO/UNIDADE DE FORNECIMENTO: PACOTE PLÁSTICO LACRADO COM 100 UNIDADES. PRAZO DE VALIDADE, NA DATA DE ENTREGA, DEVERÁ SER, NO MÍNIMO, DE 10 MESES. 	435019	2850	PACOTE

Avenida da Saudade, nº 1.004 – Ponte Preta – CEP: 13041-670 – Campinas – SP – PABX: (19) 3736-1300
 www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 03/06/26.
 Documento Nº: 466571-6907 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=466571-6907>



C/MC/ICV/202600048A

	MARCAS INDICADAS: TERMOPOT, CRISTALCOPO, ALTACOPPO, VEROCOPO CÓDIGO INTERNO: C3073 ENTREGA: SEMESTRAL			
3	DETERGENTE , COMPOSIÇÃO TENSOATIVOS ANIÔNICOS, COADJUVANTE, PRESERVANTES, COMPONENTE ATIVO LINEAR ALQUIBENZENO SULFONATO DE SÓDIO. • APLICAÇÃO REMOÇÃO DE GORDURAS DE LOUÇAS, TALHERES E PANEAS, AROMA NEUTRO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CONTÉM TENSOATIVO BIODEGRADÁVEL. AROMA NEUTRO. • PRODUTO DEVE TER REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA E FICHA DE INFORMAÇÃO DE SEGURANÇA DE PRODUTOS QUÍMICOS. • A EMBALAGEM DEVE CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA DE VALIDADE E QUANTIDADE DE PRODUTO. • OS PRODUTOS DEVERÃO SER ENTREGUES COM NO MÍNIMO 18 MESES DE VALIDADE. • EMBALAGEM FRASCO DE 500 ML. MARCAS INDICADAS: MINUANO, LIMPOL, TRIEX, YPÊ, CÓDIGO INTERNO: C4001 (ENTREGA: ÚNICA	226694	192	FRASCO
4	PAPEL HIGIÊNICO INSTITUCIONAL FOLHA DUPLA EM ROLO , COR BRANCO, COMPOSIÇÃO 100% DE CELULOSE VIRGEM EM PH NEUTRO, DIMENSÕES APROXIMADAS DE 10 CM x 250 M (L x C), GRAMATURA MÍNIMA 30 G/M². DEVERÁ SER MACIO, ABSORVENTE E HOMOGÊNEO, SEM FUROS OU LACUNAS NA EXTENSÃO DO ROLO, ISENTO DE MATERIAL ESTRANHO COMO FRAGMENTOS LENHOSOS, METÁLICOS, PLÁSTICOS E OUTRAS SUBSTÂNCIAS NOCIVAS A SAÚDE. NÃO PODERÁ APRESENTAR ODOR NÃO CARACTERÍSTICO DO MATERIAL, CORTE IMPERFEITO, ENRUGAMENTO COM DOBRAS E DEVERÁ APRESENTAR RESISTÊNCIA ADEQUADA À TRAÇÃO. DEVERÁ AINDA SER ENROLADO DE MANEIRA UNIFORME E ADEQUADAMENTE APERTADO EM	443004	222	FARDO



	<p>UM TUBO DE PAPELÃO RESISTENTE, DE MODO A SUPORTAR SEM DEFORMAÇÃO AS CONDIÇÕES DE ESTOCAGEM, TRANSPORTE E TRABALHO, APRESENTANDO CORTE LATERAL SEM REBARBAS.</p> <p>EMBALAGEM: FARDO COM 8 ROLOS.</p> <p>DEVERÁ SER APRESENTADO TAMBÉM:</p> <p>1) DEMONSTRAÇÃO DE CONFORMIDADE COM A NORMA ABNT NBR 15464-10 DE 11/2022 (PAPEL HIGIÊNICO INSTITUCIONAL FOLHA DUPLA EM ROLO) CLASSIFICAÇÃO CLASSE 1, PONTUAÇÃO MAIOR QUE 36, DEVENDO SER APRESENTADO LAUDO DE ENSAIOS REALIZADOS DE ACORDO COM A NORMA ABNT NBR 15134 DE 12/2020;</p> <p>2) COMPROVAÇÃO DO REGISTRO DO FABRICANTE DO MATERIAL ACABADO NO CADASTRO TÉCNICO FEDERAL (CTF) DE ATIVIDADES POTENCIALMENTE POLUIDORAS OU UTILIZADORAS DE RECURSOS AMBIENTAIS, ACOMPANHADO DO RESPECTIVO CERTIFICADO DE REGULARIDADE VÁLIDO, NOS TERMOS DO ARTIGO 17, INCISO II, DA LEI Nº 6.938/81 E DO ANEXO I DA INSTRUÇÃO NORMATIVA IBAMA Nº 13 DE 23/08/2021.</p> <p>3) COMPROVAÇÃO DA CERTIFICAÇÃO FLORESTAL VÁLIDA EM NOME DO FABRICANTE, DE QUE A ORIGEM DOS INSUMOS DE MADEIRA UTILIZADAS NA FABRICAÇÃO DOS MATERIAIS SÃO ORIUNDAS DE ÁREAS DE FLORESTAS NATIVAS COM PROJETOS DE MANEJO FLORESTAL OU DE ÁREAS DE REFLORESTAMENTO APROVADOS PELO IBAMA, CONFORME PREVÊ A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 21/2014.</p> <p>MARCAS INDICADAS: UNAPEL, PAPERMAX, SANTHER</p> <p>CÓDIGO INTERNO: C4006</p> <p>(ENTREGA: SEMESTRAL)</p>			
5	<p>PAPEL TOALHA EM BOBINA (ROLO), NA COR BRANCA, MEDIDAS APROXIMADAS DE (10% PARA MAIS OU PARA MENOS) 20 CM x 200 M, COMPOSIÇÃO 100% DE CELULOSE VIRGEM.</p> <p>GRAMATURA MÍNIMA DE 28 GRAMAS POR METRO QUADRADO (G/M2).</p> <ul style="list-style-type: none"> • PARA USO EM TOALHEIRO SEM ALAVANCA (AUTO CORTE) • DIÂMETRO DO TUBETE ENTRE 4,5 E 5 CM. • PAPEL DE FOLHA SIMPLES. DEVERÁ SER MACIO, ABSORVENTE E HOMOGÊNEO, SEM FUROS OU LACUNAS NA EXTENSÃO 	374443	590	FARDO



	<p>DO ROLO, ISENTO DE MATERIAL ESTRANHO COMO FRAGMENTOS LENHOSOS, METÁLICOS, PLÁSTICOS E OUTRAS SUBSTÂNCIAS NOCIVAS A SAÚDE.</p> <ul style="list-style-type: none"> • DURANTE O USO NÃO PODERÁ ESFARELAR E NEM APRESENTAR ODORES DESAGRADÁVEL (NÃO CARACTERÍSTICO), CORTE IMPERFEITO, ENRUGAMENTO COM DOBRAS E DEVERÁ APRESENTAR RESISTÊNCIA ADEQUADA À TRAÇÃO. • DEVERÁ AINDA SER ENROLADO DE MANEIRA UNIFORME E ADEQUADAMENTE APERTADO EM UM TUBO DE PAPELÃO RESISTENTE, DE MODO A SUPOORTAR SEM DEFORMAÇÃO AS CONDIÇÕES DE ESTOCAGEM, TRANSPORTE E TRABALHO, APRESENTANDO CORTE LATERAL SEM REBARBAS. • EMBALAGEM: FARDO COM 6 ROLOS. • DEVEM SER APRESENTADAS AS SEGUINTE DOCUMENTAÇÕES: <ol style="list-style-type: none"> 1) DEMONSTRAÇÃO DE CONFORMIDADE COM A NORMA ABNT NBR 15464-11:2010 (PAPEL TOALHA INSTITUCIONAL FOLHA SIMPLES EM ROLO) CLASSIFICAÇÃO CLASSE 1, PONTUAÇÃO MAIOR QUE 39, DEVENDO SER APRESENTADO LAUDO DE ENSAIOS REALIZADOS DE ACORDO COM A NORMA ABNT NBR 15134 DE 12/2020; 2) COMPROVAÇÃO DO REGISTRO DO FABRICANTE DO MATERIAL ACABADO NO CADASTRO TÉCNICO FEDERAL (CTF) DE ATIVIDADES POTENCIALMENTE POLUIDORAS OU UTILIZADORAS DE RECURSOS AMBIENTAIS, ACOMPANHADO DO RESPECTIVO CERTIFICADO DE REGULARIDADE VÁLIDO, NOS TERMOS DO ARTIGO 17, INCISO II, DA LEI Nº 6.938/81 E DO ANEXO I DA INSTRUÇÃO NORMATIVA IBAMA Nº 13 DE 23/08/2021. 3) COMPROVAÇÃO DA CERTIFICAÇÃO FLORESTAL VÁLIDA EM NOME DO FABRICANTE, DE QUE A ORIGEM DOS INSUMOS DE MADEIRA UTILIZADAS NA FABRICAÇÃO DOS MATERIAIS SÃO ORIUNDAS DE ÁREAS DE FLORESTAS NATIVAS COM PROJETOS DE MANEJO FLORESTAL OU DE ÁREAS DE REFLORESTAMENTO APROVADOS PELO IBAMA, CONFORME PREVÊ A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 21/2014. <p>MARCAS INDICADAS: LUXPAPER, NOBRE, ALFAPEL</p> <p>CÓDIGO INTERNO: C4016</p> <p>ENTREGA: SEMESTRAL</p>			
6	<p>LIMPADOR MULTIUSO, DOMÉSTICO, PARA LIMPEZA PESADA, LÍQUIDO INCOLOR.</p>	251296	252	FRASCO



	<ul style="list-style-type: none"> • COM A SEGUINTE COMPOSIÇÃO MÍNIMA: SULFONATO DE SÓDIO, SEQUESTRANTE, ÁLCOOL ETOXILADO, COADJUVANTES E ALQUIL BENZENO. FRASCO PLÁSTICO COM TAMPA DOSADORA TIPO FLIP TOP. • PRODUTO DEVE TER REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA E FICHA DE INFORMAÇÃO DE SEGURANÇA DE PRODUTOS QUÍMICOS. • OS PRODUTOS DEVERÃO SER ENTREGUES COM NO MÍNIMO 18 MESES DE VALIDADE. • EMBALAGEM FRASCO DE 500 ML. <p>MARCAS INDICADAS: VEJA, YPÊ, TRIEX, AZULIM</p> <p>CÓDIGO INTERNO: C4017</p> <p>ENTREGA: ÚNICA</p>			
7	<p>LUSTRA MÓVEIS, NÃO ENGORDURANTE A BASE DE CERA NATURAL E SILICONE, BRILHO SECO, PARA APLICAÇÃO EM MÓVEIS.</p> <ul style="list-style-type: none"> • EMBALAGEM, COM TAMPA DOSADORA PARA EVITAR DESPERDÍCIO. • A EMBALAGEM DEVE CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA DE VALIDADE E QUANTIDADE DE PRODUTO. PRODUTO DEVE TER REGISTRO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA E FICHA DE INFORMAÇÃO DE SEGURANÇA DE PRODUTOS QUÍMICOS. • OS PRODUTOS DEVERÃO SER ENTREGUES COM NO MÍNIMO 18 MESES DE VALIDADE. • FRASCO COM 500 ML. <p>MARCAS INDICADAS: FUZETTO, DESTAC, BUTTERFLY, BARBAREX</p> <p>CÓDIGO INTERNO: C4018</p> <p>(ENTREGA: ÚNICA</p>	298839	84	FRASCO
8	<p>LIMPA VIDROS LÍQUIDO, INDICADO PARA LIMPEZA DE SUPERFÍCIES VITRIFICADAS E VIDROS.</p> <ul style="list-style-type: none"> • COM TAMPA DOSADORA TIPO FLIP TOP. • OS PRODUTOS DEVERÃO SER ENTREGUES COM NO MÍNIMO 18 MESES DE VALIDADE. • FRASCO COM 500 ML. <p>MARCAS INDICADAS: FACILITA, AGI FACIL, AZULIM, BARBAREX</p> <p>CÓDIGO INTERNO: C4032</p>	601034	48	FRASCO



	ENTREGA: ÚNICA			
9	<p>SABONETE PARA LIMPEZA DAS MÃOS COM FRAGRÂNCIA SUAVE E UTILIZANDO O SISTEMA DE ESPUMA.</p> <p>EMBALAGEM REFIL COM 700 ML A 800 ML</p> <ul style="list-style-type: none"> • FÓRMULA QUE EVITA O RESSECAMENTO DAS MÃOS, BIODEGRADÁVEL, CONCENTRAÇÃO ADEQUADA PARA PRONTO USO. • PRODUTO DEVE TER REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA E FICHA DE INFORMAÇÃO DE SEGURANÇA DE PRODUTOS QUÍMICOS. • A EMBALAGEM DEVE CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA DE VALIDADE E QUANTIDADE DE PRODUTO. • OS PRODUTOS DEVERÃO SER ENTREGUES COM NO MÍNIMO 18 MESES DE VALIDADE. <p>MARCAS INDICADAS: TRILHA, PREMISSE, EDUMAX</p> <p>CÓDIGO INTERNO: C4040</p>	397424	720	UNIDADE
10	<p>LIMPA CARPETE, TIPO LÍQUIDO. A EMBALAGEM DEVE CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA DE VALIDADE E QUANTIDADE DE PRODUTO.</p> <ul style="list-style-type: none"> • PRODUTO DEVE TER REGISTRO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA E FICHA DE INFORMAÇÃO DE SEGURANÇA DE PRODUTOS QUÍMICOS. • OS PRODUTOS DEVERÃO SER ENTREGUES COM NO MÍNIMO 18 MESES DE VALIDADE. • FRASCO COM 500 ML. <p>MARCAS INDICADAS: WORKER, SEMORIN, BRILHOLAC</p> <p>CÓDIGO INTERNO: 4042</p>	467158	15	FRASCO
11	<p>ESCOVA PARA LIMPEZA SANITÁRIA, TIPO LAVATINA (VASSOURINHA).</p> <ul style="list-style-type: none"> • MATERIAL POLIPROPILENO • SEM SUPORTE, DIÂMETRO DE APROXIMADAMENTE 7 CM • COM CERDAS EM NYLON/PLÁSTICO • CABO MEDINDO APROXIMADAMENTE 28 CM. 	278323	120	UNIDADE



	MARCAS INDICADAS: CAIÇARA, ROSSI, DSR CÓDIGO INTERNO: C4072 ENTREGA: ÚNICA			
12	DETERGENTE LÍQUIDO NEUTRO PARA LIMPEZA PESADA, DEVENDO REMOVER GORDURAS E INCRUSTAÇÕES DE SUPERFÍCIES, PISOS, AZULEJOS, FOGÕES E LOUÇAS. • PRODUTO DEVE TER REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA E FICHA DE INFORMAÇÃO DE SEGURANÇA DE PRODUTOS QUÍMICOS. • A EMBALAGEM DEVE CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA DE VALIDADE E QUANTIDADE DE PRODUTO. • OS PRODUTOS DEVERÃO SER ENTREGUES COM NO MÍNIMO 18 MESES DE VALIDADE. • EMBALAGEM BOMBONA DE 05 LITROS. MARCAS INDICADAS: YPÊ, LIMPOL, CANDURA CÓDIGO INTERNO: C4079 ENTREGA: ÚNICA	453373	60	BOMBONA
13	HIPOCLORITO DE SÓDIO , ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO, CONCENTRAÇÃO TEOR 5 % DE CLORO ATIVO . • PRODUTO DEVE TER REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA E FICHA DE INFORMAÇÃO DE SEGURANÇA DE PRODUTOS QUÍMICOS. • A EMBALAGEM DEVE CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA DE VALIDADE E QUANTIDADE DE PRODUTO. • OS PRODUTOS DEVERÃO SER ENTREGUES COM NO MÍNIMO 8 MESES DE VALIDADE. • EMBALAGEM BOMBONA DE 5 LITROS. MARCAS INDICADAS: PROAX, LP, AUDAX CÓDIGO INTERNO: C4082 ENTREGA: ÚNICA	437157	27	BOMBONA
14	ÁLCOOL ANTISSEPTICO P/AS MÃOS, EM GEL , A 70° GL, COM ÁLCOOL ESPECIAL DE AÇÃO GERMICIDA. • SECAGEM RÁPIDA DISPENSANDO O USO DE TOALHAS. • LÍQUIDO GELATINOSO E ISENTO DE PERFUME, PORÉM COM ODOR CARACTERÍSTICO DO ÁLCOOL. • PRODUTO DEVE TER REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA E FICHA	332359	190	REFIL



	<p>DE INFORMAÇÃO DE SEGURANÇA DE PRODUTOS QUÍMICOS.</p> <ul style="list-style-type: none"> • A EMBALAGEM DEVE CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA DE VALIDADE E QUANTIDADE DE PRODUTO. • OS PRODUTOS DEVERÃO SER ENTREGUES COM NO MÍNIMO 18 MESES DE VALIDADE. <p>• EMBALAGEM REFIL BAG DE 700 ML A 800 ML.</p> <p>MARCAS INDICADAS: ESSENCIAL, PREMISSE, EDUMAX</p> <p>CÓDIGO INTERNO: C4104</p> <p>ENTREGA: ÚNICA</p>			
15	<p>DESINFETANTE P/ USO GERAL, PARA LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE PISOS, LOUCAS SANITÁRIAS, AZULEJOS.</p> <ul style="list-style-type: none"> • PRODUTO DEVE TER REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA E FICHA DE INFORMAÇÃO DE SEGURANÇA DE PRODUTOS QUÍMICOS. • A EMBALAGEM DEVE CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA DE VALIDADE E QUANTIDADE DE PRODUTO. • OS PRODUTOS DEVERÃO SER ENTREGUES COM NO MÍNIMO 18 MESES DE VALIDADE. • BOMBONA DE 05 LITROS. <p>MARCAS INDICADAS: DESOMAX, SANOL, KALIPTO</p> <p>CÓDIGO INTERNO: C4111</p> <p>ENTREGA: ÚNICA</p>	310902	60	BOMBONA
16	<p>LUVA PLÁSTICA CONFECCIONADA EM POLIETILENO DE ALTA ENSIDADE</p> <ul style="list-style-type: none"> • AMBIDESTRA, INODORO, INCOLOR, COM FECHAMENTO FEITO POR SOLDA SIMPLES EM TODO O PERÍMETRO. • CONSISTÊNCIA ATÓXICA E NÃO PERECÍVEL, INDICADA NAS OPERAÇÕES DE MANIPULAÇÃO DE ALIMENTOS EM GERAL. • EMBALAGEM PACOTE COM 100 LUVAS. <p>MARCAS INDICADAS: DESCARPACK, TALGE, BOMPACK</p> <p>CÓDIGO INTERNO: C4130</p> <p>ENTREGA: ÚNICA</p>	407965	12	PACOTE
17	<p>ÁLCOOL, LÍQUIDO, ETÍLICO HIDRATADO, 46° INPM.</p> <ul style="list-style-type: none"> • COMPOSIÇÃO ÁLCOOL ETÍLICO, BENZOATO DE DENATÔNIO E ÁGUA, 	269941	264	FRASCO



	<p>SOLUBILIDADE EM ÁGUA, COR INCOLOR, AROMA CARACTERÍSTICO.</p> <ul style="list-style-type: none"> • EMBALAGEM DEVE CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA DE VALIDADE E QUANTIDADE DE PRODUTO. • PRODUTO DEVE TER REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA E FICHA DE INFORMAÇÃO DE SEGURANÇA DE PRODUTOS QUÍMICOS. • OS PRODUTOS DEVERÃO SER ENTREGUES COM NO MÍNIMO 18 MESES DE VALIDADE. • EMBALAGEM FRASCO DE 1 LITRO. <p>MARCAS INDICADAS: ITAJÁ, FACILITA, TUPI, COOPERÁLCOOL</p> <p>CÓDIGO INTERNO: C4148</p> <p>ENTREGA: ÚNICA</p>			
--	--	--	--	--

- 2.1. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 2.2. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.3. Informações complementares quanto à vigência da contratação constam da minuta de contrato.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. Sustentabilidade

- 3.1.1. Os critérios ou práticas de sustentabilidade aplicáveis nesta contratação seguem as diretrizes da Resolução nº 976/2020 da Câmara Municipal de Campinas (<https://sapl.campinas.sp.leg.br/norma/49035>)

3.2. Indicação de marcas ou modelos (art. 41, I, da Lei 14.133/2021)

- 3.2.1. Na presente contratação, as marcas indicadas, quando a área técnica julgou a indicação aplicável, estão descritas nas especificações dos respectivos itens neste Termo de Referência e tem por objetivo apenas referência do padrão de qualidade aceitável, não excluindo outras que possuam padrão de qualidade similar.





Diretoria de Materiais e Patrimônio
Coordenadoria de Almojarifado
almojarifado@campinas.sp.leg.br
Ramal: 1890

V.23 1 2026

3.3. **Vedação ao fornecimento de marca/produto**

3.3.1. Não existe vedação ao fornecimento de marca ou modelo para esta contratação.

3.4. **Exigência de amostra**

3.4.1. Aceito o valor da proposta, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostras para os seguintes itens:

- a) Item 4: Papel Higiênico Institucional Folha Dupla
- b) Item 5: Papel Toalha em Bobina
- c) Item 9: Sabonete Espuma para Limpeza das Mãos.

3.4.2. As amostras dos licitantes vencedores serão guardadas no Almojarifado até a realização da entrega, ou da última entrega, no caso de entrega parcelada, para verificação e comparação com o produto ofertado e contratado.

3.4.3. A adjudicação e homologação do certame ficarão condicionadas à aprovação das amostras.

3.4.4. O envio das amostras ocorrerá às expensas do licitante declarado vencedor.

3.4.5. As amostras deverão ser encaminhadas no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da solicitação por mensagem no CHAT do sistema *comprasnet*, à Coordenadoria de Almojarifado da Câmara Municipal de Campinas, localizada na Av. Roberto Mange, 66, Ponte Preta, Campinas/SP – CEP 13.041-790, entre 09:00 e 16h, de segunda a sexta-feira.

3.4.5.1. O prazo de que trata o item 3.4.4 refere-se à entrega do material à Câmara Municipal de Campinas e não à data de despacho/postagem.

Avenida da Saudade, nº 1.004 – Ponte Preta – CEP: 13041-670 – Campinas – SP – PABX: (19) 3736-1300
www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 03/06/26.
Documento Nº: 466571-6907 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=466571-6907>



C/MC/ICV/202600048A



Diretoria de Materiais e Patrimônio
Coordenadoria de Almoxarifado
almoxarifado@campinas.sp.leg.br
Ramal: 1890

V.23 1 2026

- 3.4.5.2. É facultada à Administração a prorrogação, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, desde que a mesma seja realizada antes de findo o prazo.
- 3.4.5.3. Não serão analisadas amostras entregues fora do prazo estabelecido.
- 3.4.6. O setor técnico competente terá o prazo de 2 (dois) dias úteis para análise das amostras, contados de seu recebimento.
- 3.4.6.1. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema *comprasnet*.
- 3.4.7. Caso a licitante não apresente a amostra, a apresente fora do prazo ou em desacordo com as especificações deste Termo de Referência, será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) sucessivamente, até que alguma delas atenda a todos os requisitos do instrumento convocatório.
- 3.4.8. As amostras deverão estar identificadas com o número do procedimento licitatório em que foram solicitadas e o nome da licitante que as enviou.
- 3.4.9. As amostras deverão estar adequadamente acondicionadas e identificadas, constando em sua embalagem:
- a) O nome do fabricante,
 - b) O nome do material,
 - c) O prazo de validade, quando for o caso.
- 3.4.10. Após o encerramento do procedimento licitatório, as amostras recusadas deverão ser retiradas pela(s) licitante(s) junto à Coordenadoria de Almoxarifado da Câmara Municipal de Campinas, de segunda a sexta-feira, entre 10h e 16h.
- 3.4.10.1. Se a retirada das amostras recusadas não ocorrer dentro do prazo de 30 (trinta) dias úteis, a Câmara Municipal de Campinas poderá dar-lhes a destinação que julgar conveniente, não cabendo ao

Avenida da Saudade, nº 1.004 – Ponte Preta – CEP: 13041-670 – Campinas – SP – PABX: (19) 3736-1300
www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 03/06/26.
Documento Nº: 466571-6907 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=466571-6907>



C/MC/ICV/202600048A



Diretoria de Materiais e Patrimônio
Coordenadoria de Almoxarifado
almoxarifado@campinas.sp.leg.br
Ramal: 1890

V.23 1 2026

licitante pleitear qualquer pagamento ou reembolso de custos em relação às mesmas.

3.4.11. Os critérios para a avaliação das amostras estão definidos no **Anexo 1 - B do Termo de Referência.**

3.4.12. As amostras entregues pela(s) empresa(s) contratada(s) permanecerão com a CONTRATANTE para comparação até o recebimento do quantitativo total do(s) bem(ns).

3.5. **Exigência de laudo(s)**

3.5.1. Para comprovação da qualidade dos bens que estão sendo adquiridos serão solicitados os seguintes laudos conjuntamente com a proposta do licitante:

3.5.1.1. Para o item 4 (**Papel Higiênico Institucional Folha Dupla em Rolo**) deverá ser apresentado laudo de ensaio realizado de acordo com a norma ABNT 15464:10 demonstrando que o produto ofertado obteve pontuação maior que 36, sendo classificado como Classe 1.

3.5.1.2. Para o item 5 (Papel Toalha Bobina) deverá ser apresentado laudo de ensaio realizado de acordo com a norma ABNT 15464:11 (**Papel Toalha Institucional folha simples em rolo**) demonstrando que o produto ofertado obteve pontuação maior que 39, sendo classificado como Classe 1.

3.5.2. Como os itens Papel Toalha e Papel Higiênico são muito críticos, justifica-se a solicitação dos respectivos laudos pois a pontuação obtida nas análises de cada item determina sua Classe, e esta por sua vez está diretamente relacionada com a qualidade do produto, segundo os critérios ABNT constantes em cada norma citada.

3.6. **Exigência de carta de solidariedade (art. 41, IV, da Lei 14.133/2021)**

3.6.1. Não há exigência de carta de solidariedade para esta contratação.

Avenida da Saudade, nº 1.004 – Ponte Preta – CEP: 13041-670 – Campinas – SP – PABX: (19) 3736-1300
www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 03/06/26.
Documento Nº: 466571-6907 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=466571-6907>



C/MC/ICV202600048A



Diretoria de Materiais e Patrimônio
Coordenadoria de Almojarifado
almojarifado@campinas.sp.leg.br
Ramal: 1890

V.23 1 2026

3.7. Subcontratação

3.7.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

4.1. Condições de entrega

4.1.1. A Ordem de Fornecimento, será encaminhada ao e-mail indicado pela contratada em sua proposta comercial.

4.1.1.2. Fornecimentos efetuados sem Ordem de Fornecimento serão recusados pela contratante.

4.1.2. O prazo de entrega dos bens será de 15 (quinze) dias corridos, contados do envio da Ordem de Fornecimento.

4.1.3. Caso não seja possível realizar a entrega no prazo assinado a empresa deverá comunicar as respectivas razões com pelo menos 5 (cinco) dias corridos de antecedência para análise do pleito de prorrogação, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

4.1.4. A entrega deverá ser efetuada na Coordenadoria de Almojarifado, das 9:00 às 16:00hrs, em um dos seguintes endereços:

4.1.4.1. Entrega efetuada por **TRANSPORTADORA ou por meios próprios**: Avenida Engenheiro Roberto Mange, nº 66, Vila Maria – CEP: 13041-790, Campinas/SP.

4.1.4.2. Entrega efetuada pelos **CORREIOS**: Avenida da Saudade, nº 1004, Ponte Preta – CEP 13041-670, Campinas/SP.

4.2. Garantia, manutenção e assistência técnica

Avenida da Saudade, nº 1.004 – Ponte Preta – CEP: 13041-670 – Campinas – SP – PABX: (19) 3736-1300
www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 03/06/26.
Documento Nº: 466571-6907 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=466571-6907>



C/MC/ICV202600048A



Diretoria de Materiais e Patrimônio
Coordenadoria de Almoxarifado
almoxarifado@campinas.sp.leg.br
Ramal: 1890

V.23 1 2026

4.2.1. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

5.1. O modelo de gestão do contrato consta da Minuta do Contrato constante do Edital.

6. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

6.1. Recebimento do Objeto

6.1.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, no ato da entrega, pela Coordenadoria de Almoxarifado, oportunidade em que se observarão as informações constantes da nota fiscal/fatura e das embalagens, em confronto com a respectiva Ordem de Fornecimento e em conformidade com as especificidades constantes no Termo de Referência.

6.1.2. Os bens serão recebidos de maneira definitiva, pelo fiscal do contrato, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento provisório, após a verificação da especificação, qualidade e quantidade dos bens, em conformidade com este Termo de Referência.

6.1.2.1. Constatadas irregularidades no material entregue, a Câmara Municipal de Campinas poderá:

6.1.2.1.1. Quanto a inconformidades de especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição, sem prejuízo das penalidades cabíveis, manifestando-se o setor requisitante, motivadamente, sobre o assunto, cabendo ao fornecedor providenciar a substituição no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação por escrito.

6.1.2.1.2. Quanto a divergências nos quantitativos entregues, determinar a entrega do resto faltante, devendo ao fornecedor fazê-lo em conformidade com a indicação da CONTRATANTE, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação por escrito, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Avenida da Saudade, nº 1.004 – Ponte Preta – CEP: 13041-670 – Campinas – SP – PABX: (19) 3736-1300
www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 03/06/26.
Documento Nº: 466571-6907 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=466571-6907>



C/MC/ICV/202600048A



Diretoria de Materiais e Patrimônio
Coordenadoria de Almoarifado
almoarifado@campinas.sp.leg.br
Ramal: 1890

V.23 1 2026

6.1.2.1.3. Se a retirada dos materiais recusados em razão de inconformidade nas especificações ou nas quantidades não ocorrer dentro do prazo de 30 (trinta) dias úteis, a Câmara Municipal de Campinas poderá dar-lhes a destinação que julgar conveniente, não cabendo ao licitante pleitear qualquer pagamento ou reembolso de custos em relação às mesmas.

6.1.3. O recebimento definitivo por parte da Câmara Municipal de Campinas não eximirá a Contratada da responsabilidade por quaisquer vícios de qualidade que venham a se verificar posteriormente, circunstância em que as despesas com correções, trocas ou reposições correrão por conta exclusiva da Contratada, devendo a substituição ocorrer no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da notificação da Contratada pela fiscalização, às suas expensas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.1.4. A entrega e o descarregamento dos bens no setor do Almoarifado ficará a cargo da Contratada, devendo ser providenciada a mão de obra necessária.

6.1.5. Fornecimentos efetuados sem a referida Ordem de Fornecimento não serão aceitos pela Contratante, assim como não poderão ser cobrados produtos que não estejam dentro do prazo de validade.

6.2. **Prazo e forma de pagamento**

6.2.1. A CONTRATANTE terá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento definitivo dos materiais, para receber e atestar a nota fiscal emitida ou rejeitá-la.

6.2.1.1. A CONTRATADA deverá enviar, junto com a nota fiscal, a Certidão Negativa de Débitos perante a Fazenda Estadual competente, a Certidão Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), devidamente atualizadas, para conferência de sua regularidade.

6.2.1.1.1. Caso a CONTRATADA não apresente as certidões ou as mesmas apresentem apontamentos e não seja providenciada a sua regularização, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da notificação, a qual será feita por e-mail, poderá sofrer penalidade.

Avenida da Saudade, nº 1.004 – Ponte Preta – CEP: 13041-670 – Campinas – SP – PABX: (19) 3736-1300
www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 03/06/26.
Documento Nº: 466571-6907 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=466571-6907>



C/MC/ICV202600048A



Diretoria de Materiais e Patrimônio
Coordenadoria de Almoxarifado
almoxarifado@campinas.sp.leg.br
Ramal: 1890

V.23 1 2026

- 6.2.1.2. Serão aceitas certidões positivas com efeito de negativas.
- 6.2.1.3. A CONTRATADA deverá apresentar os documentos correspondentes ao estabelecimento (matriz ou filial) através do qual executará o ajuste.
- 6.2.1.4. É vedada a mescla de documentos de regularidade fiscal e trabalhista de estabelecimentos diversos, exceto prova de regularidade para com a Fazenda Federal, para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS) e para com a Justiça do Trabalho (CNDT), caso a sede realize o recolhimento desses tributos de forma centralizada.
- 6.2.2. A Nota Fiscal rejeitada será devolvida à CONTRATADA para as necessárias correções, com as informações que motivaram a sua rejeição, contando-se o prazo estabelecido no item 6.2.1, a partir da data da sua reapresentação.
- 6.2.3. A CONTRATANTE providenciará o pagamento em até 15 (quinze) dias corridos, contados do ateste da Nota Fiscal.
- 6.2.4. A CONTRATANTE poderá deduzir do pagamento importâncias que a qualquer título lhe forem devidas pela CONTRATADA.
- 6.2.5. Estarão incluídos no valor total do objeto os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributos, seguros, transportes, embalagens, licenças, despesas de frete e todas as demais despesas necessárias para a entrega dos bens adquiridos.

7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 7.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA com adoção do critério de julgamento MENOR PREÇO.
- 7.2. As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, bem como a qualificação econômico-financeira e a qualificação-técnica serão regulamentadas no instrumento convocatório.

Avenida da Saudade, nº 1.004 – Ponte Preta – CEP: 13041-670 – Campinas – SP – PABX: (19) 3736-1300
www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 03/06/26.
Documento Nº: 466571-6907 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=466571-6907>



C/MC/ICV202600048A



Diretoria de Materiais e Patrimônio
Coordenadoria de Almoxarifado
almoxarifado@campinas.sp.leg.br
Ramal: 1890

V.23 1 2026

8. LISTA DE ANEXOS AO TERMO DE REFERÊNCIA

- 8.1. Integram este Termo de Referência os seguintes documentos:
- Anexo I-A: Modelo de Proposta Comercial
 - Anexo 1-B Critérios de Avaliação de Amostras

9. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 9.1. A apresentação da proposta importa submissão total, irrestrita e irretratável dos proponentes às condições deste Termo de Referência.

Luiz Carlos Petroni

Analista Legislativo –Administrador

Carlos Alexandre Macedo

Técnico Legislativo

Coordenador do Almoxarifado

Avenida da Saudade, nº 1.004 – Ponte Preta – CEP: 13041-670 – Campinas – SP – PABX: (19) 3736-1300
www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 03/06/26.
Documento Nº: 466571-6907 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=466571-6907>



C/MC/ICV202600048A



Diretoria de Materiais e Patrimônio
Coordenadoria de Almoxarifado
almoxarifado@campinas.sp.leg.br
Ramal: 1890

V.23 1 2026

ANEXO I - A

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

PROCESSO CMC-ADM-2026/00XXX

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento parcelado de materiais de limpeza, higiene e descartáveis, conforme especificações, condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS
CNPJ: 49.425.994/0001-87

DADOS DO FORNECEDOR

RAZÃO SOCIAL:		
CNPJ:	I.E.:	
ENDEREÇO:	Nº:	
COMPLEMENTO:	BAIRRO:	
MUNICÍPIO:	ESTADO:	CEP:
ENQUADRAMENTO: <input type="checkbox"/> ME <input type="checkbox"/> EPP <input type="checkbox"/> LTDA <input type="checkbox"/> S/A <input type="checkbox"/> MEI		
E-MAIL:	TELEFONE:	

COMPOSIÇÃO DA PROPOSTA

Item	Descrição	Qtd	Unid. Med.	Preço Unitário	Preço Total	Marca/ Modelo
1	FÓSFORO, CORPO DE MADEIRA, TIPO CURTO. PACOTE COM 10 CAIXAS MARCAS INDICADAS: FIAT LUX, PARANÁ, PINHEIRO CÓDIGO INTERNO: 3009 ENTREGA: ÚNICA	10	PACOTE			
2	COPO DESCARTÁVEL OXIBIODEGRADÁVEL PARA ÁGUA CAPACIDADE DE 180ML, PRODUZIDO EM PLÁSTICO BIODEGRADÁVEL OU COM A ADIÇÃO DE ADITIVO D2W OU SIMILAR PARA QUE SE TRANSFORME EM CATEGORIA DE PLÁSTICO BIODEGRADÁVEL;	2850	PACOTE			

Avenida da Saudade, nº 1.004 – Ponte Preta – CEP: 13041-670 – Campinas – SP – PABX: (19) 3736-1300
www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 03/06/26.
Documento Nº: 466571-6907 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=466571-6907>



CMC/ICV202600048A

SIGA 



Diretoria de Materiais e Patrimônio
Coordenadoria de Almoxarifado
almoxarifado@campinas.sp.leg.br
Ramal: 1890

V.23 1 2026

	<ul style="list-style-type: none"> • NÃO TÓXICO, TRANSPARENTE OU BRANCO, REFORÇADO COM FRISOS LATERAIS E BOA RESISTÊNCIA. • ISENTOS DE MATERIAIS ESTRANHOS, BOLHAS, RACHADURAS, FUROS E DEFORMAÇÕES. • BORDAS ARREDONDADAS NÃO CORTANTES, ISENTOS DE BORDAS AFIADAS E REBARBAS- SEM TELESOPAMENTO. • DE MATERIAL APROPRIADO PARA O USO AO QUAL SE DESTINA (UTILIZAÇÃO: LÍQUIDOS FRIOS) • NA EMBALAGEM DEVERÁ INFORMAR QUE SE TRATA DE COPO BIODEGRADÁVEL. • ACONDICIONAMENTO/UNIDADE DE FORNECIMENTO: PACOTE PLÁSTICO LACRADO COM 100 UNIDADES. • PRAZO DE VALIDADE, NA DATA DE ENTREGA, DEVERÁ SER, NO MÍNIMO, DE 10 MESES. <p>MARCAS INDICADAS: TERMOPOT, CRISTALCOPO, ALTACOPPO, VEROPOPO</p> <p>CÓDIGO INTERNO: C3073</p> <p>ENTREGA: SEMESTRAL</p>				
3	<p>DETERGENTE, COMPOSIÇÃO TENSOATIVOS ANIÔNICOS, COADJUVANTE, PRESERVANTES, COMPONENTE ATIVO LINEAR ALQUIBENZENO SULFONATO DE SÓDIO.</p> <ul style="list-style-type: none"> • APLICAÇÃO REMOÇÃO DE GORDURAS DE LOUÇAS, TALHERES E PANELAS, AROMA NEUTRO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CONTEM TENSOATIVO BIODEGRADÁVEL. AROMA NEUTRO. • PRODUTO DEVE TER REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA E FICHA DE INFORMAÇÃO DE SEGURANÇA DE PRODUTOS QUÍMICOS. • A EMBALAGEM DEVE CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA DE VALIDADE E QUANTIDADE DE PRODUTO. • OS PRODUTOS DEVERÃO SER ENTREGUES COM NO MÍNIMO 18 MESES DE VALIDADE. • EMBALAGEM FRASCO DE 500 ML. <p>MARCAS INDICADAS: MINUANO, LIMPOL, TRIEX, YPÊ,</p> <p>CÓDIGO INTERNO: C4001</p> <p>(ENTREGA: ÚNICA</p>	192	FRASCO		

Avenida da Saúde, nº 1.004 – Ponte Preta – CEP: 13041-670 – Campinas – SP – PABX: (19) 3736-1300
www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 03/06/26.
Documento Nº: 466571-6907 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=466571-6907>



C/MC/ICV202600048A

SIGA



Diretoria de Materiais e Patrimônio
Coordenadoria de Almoxarifado
almoxarifado@campinas.sp.leg.br
Ramal: 1890

V.23 1 2026

4	<p>PAPEL HIGIÊNICO INSTITUCIONAL FOLHA DUPLA EM ROLO, COR BRANCO, COMPOSIÇÃO 100% DE CELULOSE VIRGEM EM PH NEUTRO, DIMENSÕES APROXIMADAS DE 10 CM x 250 M (L x C), GRAMATURA MÍNIMA 30 G/M².</p> <ul style="list-style-type: none"> • DEVERÁ SER MACIO, ABSORVENTE E HOMOGÊNEO, SEM FUROS OU LACUNAS NA EXTENSÃO DO ROLO, ISENTO DE MATERIAL ESTRANHO COMO FRAGMENTOS LENHOSOS, METÁLICOS, PLÁSTICOS E OUTRAS SUBSTÂNCIAS NOCIVAS A SAÚDE. • NÃO PODERÁ APRESENTAR ODORE NÃO CARACTERÍSTICO DO MATERIAL, CORTE IMPERFEITO, ENRUGAMENTO COM DOBRAS E DEVERÁ APRESENTAR RESISTÊNCIA ADEQUADA À TRAÇÃO. • DEVERÁ AINDA SER ENROLADO DE MANEIRA UNIFORME E ADEQUADAMENTE APERTADO EM UM TUBO DE PAPELÃO RESISTENTE, DE MODO A SUPOSTAR SEM DEFORMAÇÃO AS CONDIÇÕES DE ESTOCAGEM, TRANSPORTE E TRABALHO, APRESENTANDO CORTE LATERAL SEM REBARBAS. <p>EMBALAGEM: FARDO COM 8 ROLOS.</p> <p>DEVERÁ SER APRESENTADO TAMBÉM:</p> <p>1) DEMONSTRAÇÃO DE CONFORMIDADE COM A NORMA ABNT NBR 15464-10 DE 11/2022 (PAPEL HIGIÊNICO INSTITUCIONAL FOLHA DUPLA EM ROLO) CLASSIFICAÇÃO CLASSE 1, PONTUAÇÃO MAIOR QUE 36, DEVENDO SER APRESENTADO LAUDO DE ENSAIOS REALIZADOS DE ACORDO COM A NORMA ABNT NBR 15134 DE 12/2020;</p> <p>2) COMPROVAÇÃO DO REGISTRO DO FABRICANTE DO MATERIAL ACABADO NO CADASTRO TÉCNICO FEDERAL (CTF) DE ATIVIDADES POTENCIALMENTE POLUIDORAS OU UTILIZADORAS DE RECURSOS AMBIENTAIS, ACOMPANHADO DO RESPECTIVO CERTIFICADO DE REGULARIDADE VÁLIDO, NOS TERMOS DO ARTIGO 17, INCISO II, DA LEI Nº 6.938/81 E DO ANEXO I DA INSTRUÇÃO NORMATIVA IBAMA Nº 13 DE 23/08/2021.</p> <p>3) COMPROVAÇÃO DA CERTIFICAÇÃO FLORESTAL VÁLIDA EM NOME DO FABRICANTE, DE QUE A ORIGEM DOS INSUMOS DE MADEIRA UTILIZADAS NA FABRICAÇÃO DOS MATERIAIS SÃO ORIUNDAS DE ÁREAS DE FLORESTAS NATIVAS COM PROJETOS DE MANEJO FLORESTAL OU DE ÁREAS DE REFLORESTAMENTO APROVADOS PELO IBAMA, CONFORME PREVÊ A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 21/2014.</p> <p>MARCAS INDICADAS: UNAPEL, PAPERMAX, SANTHER</p>	222	FARDO			
---	---	-----	-------	--	--	--

Avenida da Saudade, nº 1.004 – Ponte Preta – CEP: 13041-670 – Campinas – SP – PABX: (19) 3736-1300
www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 03/06/26.
Documento Nº: 466571-6907 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=466571-6907>



C/MCICV202600048A

SIGA



Diretoria de Materiais e Patrimônio
Coordenadoria de Almoxarifado
almoxarifado@campinas.sp.leg.br
Ramal: 1890

V.23 1 2026

	CÓDIGO INTERNO: C4006					
	ENTREGA: SEMESTRAL					
5	<p>PAPEL TOALHA EM BOBINA (ROLO), NA COR BRANCA, MEDIDAS APROXIMADAS DE (10% PARA MAIS OU PARA MENOS) 20 CM x 200 M, COMPOSIÇÃO 100% DE CELULOSE VIRGEM.</p> <ul style="list-style-type: none"> GRAMATURA MÍNIMA DE 28 GRAMAS POR METRO QUADRADO (G/M2). PARA USO EM TOALHEIRO SEM ALAVANCA (AUTO CORTE) DIÂMETRO DO TUBETE ENTRE 4,5 E 5 CM. PAPEL DE FOLHA SIMPLES. DEVERÁ SER MACIO, ABSORVENTE E HOMOGÊNEO, SEM FURUS OU LACUNAS NA EXTENSÃO DO ROLO, ISENTO DE MATERIAL ESTRANHO COMO FRAGMENTOS LENHOSOS, METÁLICOS, PLÁSTICOS E OUTRAS SUBSTÂNCIAS NOCIVAS A SAÚDE. DURANTE O USO NÃO PODERÁ ESFARELAR E NEM APRESENTAR ODORES DESAGRADÁVEL (NÃO CARACTERÍSTICO), CORTE IMPERFEITO, ENRUGAMENTO COM DOBRAS E DEVERÁ APRESENTAR RESISTÊNCIA ADEQUADA À TRAÇÃO. DEVERÁ AINDA SER ENROLADO DE MANEIRA UNIFORME E ADEQUADAMENTE APERTADO EM UM TUBO DE PAPELÃO RESISTENTE, DE MODO A SUPOORTAR SEM DEFORMAÇÃO AS CONDIÇÕES DE ESTOCAGEM, TRANSPORTE E TRABALHO, APRESENTANDO CORTE LATERAL SEM REBARBAS. EMBALAGEM: FARDO COM 6 ROLOS. DEVEM SER APRESENTADAS AS SEGUINTE DOCUMENTAÇÕES: <p>1) DEMONSTRAÇÃO DE CONFORMIDADE COM A NORMA ABNT NBR 15464-11:2010 (PAPEL TOALHA INSTITUCIONAL FOLHA SIMPLES EM ROLO) CLASSIFICAÇÃO CLASSE 1, PONTUAÇÃO MAIOR QUE 39, DEVENDO SER APRESENTADO LAUDO DE ENSAIOS REALIZADOS DE ACORDO COM A NORMA ABNT NBR 15134 DE 12/2020;</p> <p>2) COMPROVAÇÃO DO REGISTRO DO FABRICANTE DO MATERIAL ACABADO NO CADASTRO TÉCNICO FEDERAL (CTF) DE ATIVIDADES POTENCIALMENTE POLUIDORAS OU UTILIZADORAS DE RECURSOS AMBIENTAIS, ACOMPANHADO DO RESPECTIVO CERTIFICADO DE REGULARIDADE VÁLIDO, NOS TERMOS DO ARTIGO 17, INCISO II, DA LEI Nº 6.938/81 E DO ANEXO I DA INSTRUÇÃO NORMATIVA IBAMA Nº 13 DE 23/08/2021.</p>	590	FARDO			

Avenida da Saudade, nº 1.004 – Ponte Preta – CEP: 13041-670 – Campinas – SP – PABX: (19) 3736-1300
www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 03/06/26.
Documento Nº: 466571-6907 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=466571-6907>



C/MC/ICV/202600048A

SIGA



Diretoria de Materiais e Patrimônio
 Coordenadoria de Almoxarifado
 almoxarifado@campinas.sp.leg.br
 Ramal: 1890

V.23 1 2026

	3) COMPROVAÇÃO DA CERTIFICAÇÃO FLORESTAL VÁLIDA EM NOME DO FABRICANTE, DE QUE A ORIGEM DOS INSUMOS DE MADEIRA UTILIZADAS NA FABRICAÇÃO DOS MATERIAIS SÃO ORIUNDAS DE ÁREAS DE FLORESTAS NATIVAS COM PROJETOS DE MANEJO FLORESTAL OU DE ÁREAS DE REFLORESTAMENTO APROVADOS PELO IBAMA, CONFORME PREVÊ A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 21/2014. MARCAS INDICADAS: LUXPAPER, NOBRE, ALFAPEL CÓDIGO INTERNO: C4016 ENTREGA: SEMESTRAL					
6	LIMPADOR MULTIUSO , DOMÉSTICO, PARA LIMPEZA PESADA, LÍQUIDO INCOLOR. • COM A SEGUINTE COMPOSIÇÃO MÍNIMA: SULFONATO DE SÓDIO, SEQUESTRANTE, ÁLCOOL ETOXILADO, COADJUVANTES E ALQUIL BENZENO. FRASCO PLÁSTICO COM TAMPA DOSADORA TIPO FLIP TOP. • PRODUTO DEVE TER REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA E FICHA DE INFORMAÇÃO DE SEGURANÇA DE PRODUTOS QUÍMICOS. • OS PRODUTOS DEVERÃO SER ENTREGUES COM NO MÍNIMO 18 MESES DE VALIDADE. • EMBALAGEM FRASCO DE 500 ML. MARCAS INDICADAS: VEJA, YPÊ, TRIEX, AZULIM CÓDIGO INTERNO: C4017 ENTREGA: ÚNICA	252	FRASCO			
7	LUSTRA MÓVEIS , NÃO ENGORDURANTE À BASE DE CERA NATURAL E SILICONE, BRILHO SECO, PARA APLICAÇÃO EM MÓVEIS. • EMBALAGEM, COM TAMPA DOSADORA PARA EVITAR DESPERDÍCIO. • A EMBALAGEM DEVE CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA DE VALIDADE E QUANTIDADE DE PRODUTO. PRODUTO DEVE TER REGISTRO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA E FICHA DE INFORMAÇÃO DE SEGURANÇA DE PRODUTOS QUÍMICOS. • OS PRODUTOS DEVERÃO SER ENTREGUES COM NO MÍNIMO 18 MESES DE VALIDADE. • FRASCO COM 500 ML. MARCAS INDICADAS: FUZETTO, DESTAC, BUTTERFLY, BARBAREX CÓDIGO INTERNO: C4018	84	FRASCO			

Avenida da Saudade, nº 1.004 – Ponte Preta – CEP: 13041-670 – Campinas – SP – PABX: (19) 3736-1300
 www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 03/06/26.
 Documento Nº: 466571-6907 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=466571-6907>



C/MC/ICV202600048A

SIGA



Diretoria de Materiais e Patrimônio
 Coordenadoria de Almoxarifado
 almoxarifado@campinas.sp.leg.br
 Ramal: 1890

V.23 1 2026

	(ENTREGA: ÚNICA					
8	LIMPA VIDROS LÍQUIDO , INDICADO PARA LIMPEZA DE SUPERFÍCIES VITRIFICADAS E VIDROS. <ul style="list-style-type: none"> • COM TAMPA DOSADORA TIPO FLIP TOP. • OS PRODUTOS DEVERÃO SER ENTREGUES COM NO MÍNIMO 18 MESES DE VALIDADE. • FRASCO COM 500 ML. MARCAS INDICADAS: FACILITA, AGI FACIL, AZULIM, BARBAREX CÓDIGO INTERNO: C4032 ENTREGA: ÚNICA	48	FRASCO			
9	SABONETE PARA LIMPEZA DAS MÃOS COM FRAGRÂNCIA SUAVE E UTILIZANDO O SISTEMA DE ESPUMA . EMBALAGEM REFIL COM 700 ML A 800 ML <ul style="list-style-type: none"> • FÓRMULA QUE EVITA O RESSECAMENTO DAS MÃOS, BIODEGRADÁVEL, CONCENTRAÇÃO ADEQUADA PARA PRONTO USO. • PRODUTO DEVE TER REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA E FICHA DE INFORMAÇÃO DE SEGURANÇA DE PRODUTOS QUÍMICOS. • A EMBALAGEM DEVE CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA DE VALIDADE E QUANTIDADE DE PRODUTO. • OS PRODUTOS DEVERÃO SER ENTREGUES COM NO MÍNIMO 18 MESES DE VALIDADE. MARCAS INDICADAS: TRILHA, PREMISSE, EDUMAX CÓDIGO INTERNO: C4040 ENTREGA: ÚNICA	720	UNIDADE			
10	LIMPA CARPETE , TIPO LÍQUIDO. A EMBALAGEM DEVE CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA DE VALIDADE E QUANTIDADE DE PRODUTO. <ul style="list-style-type: none"> • PRODUTO DEVE TER REGISTRO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA E FICHA DE INFORMAÇÃO DE SEGURANÇA DE PRODUTOS QUÍMICOS. • OS PRODUTOS DEVERÃO SER ENTREGUES COM NO MÍNIMO 18 MESES DE VALIDADE. • FRASCO COM 500 ML. 	15	FRASCO			

Avenida da Saudade, nº 1.004 – Ponte Preta – CEP: 13041-670 – Campinas – SP – PABX: (19) 3736-1300
 www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 03/06/26.
 Documento Nº: 466571-6907 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=466571-6907>



C/MC/ICV/202600048A

SIGA

	MARCAS INDICADAS: WORKER, SEMORIN, BRILHOLAC CÓDIGO INTERNO: 4042 ENTREGA: ÚNICA					
11	ESCOVA PARA LIMPEZA SANITÁRIA , TIPO LAVATINA (VASSOURINHA). • MATERIAL POLIPROPILENO • SEM SUPORTE, DIAMETRO DE APROXIMADAMENTE 7 CM • COM CERDAS EM NYLON/PLÁSTICO • CABO MEDINDO APROXIMADAMENTE 28 CM. MARCAS INDICADAS: CAIÇARA, ROSSI, DSR CÓDIGO INTERNO: C4072 ENTREGA: ÚNICA	120	UNIDADE			
12	DETERGENTE LÍQUIDO NEUTRO PARA LIMPEZA PESADA, DEVENDO REMOVER GORDURAS E INCRUSTAÇÕES DE SUPERFÍCIES, PISOS, AZULEJOS, FOGÕES E LOUÇAS. • PRODUTO DEVE TER REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA E FICHA DE INFORMAÇÃO DE SEGURANÇA DE PRODUTOS QUÍMICOS. • A EMBALAGEM DEVE CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA DE VALIDADE E QUANTIDADE DE PRODUTO. • OS PRODUTOS DEVERÃO SER ENTREGUES COM NO MÍNIMO 18 MESES DE VALIDADE. • EMBALAGEM BOMBONA DE 05 LITROS. MARCAS INDICADAS: YPÊ, LIMPOL, CANDURA CÓDIGO INTERNO: C4079 ENTREGA: ÚNICA	60	BOMBONA			
13	HIPOCLORITO DE SÓDIO , ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO, CONCENTRAÇÃO TEOR 5 % DE CLORO ATIVO . • PRODUTO DEVE TER REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA E FICHA DE INFORMAÇÃO DE SEGURANÇA DE PRODUTOS QUÍMICOS. • A EMBALAGEM DEVE CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA DE VALIDADE E QUANTIDADE DE PRODUTO. • OS PRODUTOS DEVERÃO SER ENTREGUES COM NO MÍNIMO 8 MESES DE VALIDADE.	27	BOMBONA			





Diretoria de Materiais e Patrimônio
 Coordenadoria de Almoxarifado
 almoxarifado@campinas.sp.leg.br
 Ramal: 1890

V.23 1 2026

	<ul style="list-style-type: none"> • EMBALAGEM BOMBONA DE 5 LITROS. <p>MARCAS INDICADAS: PROAX, LP, AUDAX</p> <p>CÓDIGO INTERNO: C4082</p> <p>ENTREGA: ÚNICA</p>					
14	<p>ÁLCOOL ANTISSEPTICO P/AS MÃOS, EM GEL, A 70° GL, COM ÁLCOOL ESPECIAL DE AÇÃO GERMICIDA.</p> <ul style="list-style-type: none"> • SECAGEM RÁPIDA DISPENSANDO O USO DE TOALHAS. • LÍQUIDO GELATINOSO E ISENTO DE PERFUME, PORÉM COM ODORE CARACTERÍSTICO DO ÁLCOOL. • PRODUTO DEVE TER REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA E FICHA DE INFORMAÇÃO DE SEGURANÇA DE PRODUTOS QUÍMICOS. • A EMBALAGEM DEVE CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA DE VALIDADE E QUANTIDADE DE PRODUTO. • OS PRODUTOS DEVERÃO SER ENTREGUES COM NO MÍNIMO 18 MESES DE VALIDADE. • EMBALAGEM REFIL BAG DE 700 ML A 800 ML. <p>MARCAS INDICADAS: ESSENCIAL, PREMISSE, EDUMAX</p> <p>CÓDIGO INTERNO: C4104</p> <p>ENTREGA: ÚNICA</p>	190	REFIL			
15	<p>DESINFETANTE P/ USO GERAL, PARA LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE PISOS, LOUCAS SANITÁRIAS, AZULEJOS.</p> <ul style="list-style-type: none"> • PRODUTO DEVE TER REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA E FICHA DE INFORMAÇÃO DE SEGURANÇA DE PRODUTOS QUÍMICOS. • A EMBALAGEM DEVE CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA DE VALIDADE E QUANTIDADE DE PRODUTO. • OS PRODUTOS DEVERÃO SER ENTREGUES COM NO MÍNIMO 18 MESES DE VALIDADE. • BOMBONA DE 05 LITROS. <p>MARCAS INDICADAS: DESOMAX, SANOL, KALIPTO</p> <p>CÓDIGO INTERNO: C4111</p> <p>ENTREGA: ÚNICA</p>	60	BOMBONA			
16	<p>LUVA PLÁSTICA CONFECCIONADA EM POLIETILENO DE ALTA ENSIDADE</p>	12	PACOTE			

Avenida da Saudade, nº 1.004 – Ponte Preta – CEP: 13041-670 – Campinas – SP – PABX: (19) 3736-1300
 www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 03/06/26.
 Documento Nº: 466571-6907 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=466571-6907>



C/MC/ICV202600048A

SIGA



Diretoria de Materiais e Patrimônio
 Coordenadoria de Almoxarifado
 almoxarifado@campinas.sp.leg.br
 Ramal: 1890

V.23 1 2026

	<ul style="list-style-type: none"> • AMBIDESTRA, INODORO, INCOLOR, COM FECHAMENTO FEITO POR SOLDA SIMPLES EM TODO O PERÍMETRO. • CONSISTÊNCIA ATÓXICA E NÃO PERECÍVEL, INDICADA NAS OPERAÇÕES DE MANIPULAÇÃO DE ALIMENTOS EM GERAL. • EMBALAGEM PACOTE COM 100 LUVAS. <p>MARCAS INDICADAS: DESCARPACK, TALGE, BOMPACK</p> <p>CÓDIGO INTERNO: C4130</p> <p>ENTREGA: ÚNICA</p>				
17	<p>ÁLCOOL, LÍQUIDO, ETÍLICO HIDRATADO, 46° INPM.</p> <ul style="list-style-type: none"> • COMPOSIÇÃO ÁLCOOL ETÍLICO, BENZOATO DE DENATÔNIO E ÁGUA, SOLUBILIDADE EM ÁGUA, COR INCOLOR, AROMA CARACTERÍSTICO. • EMBALAGEM DEVE CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA DE VALIDADE E QUANTIDADE DE PRODUTO. • PRODUTO DEVE TER REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE/ANVISA E FICHA DE INFORMAÇÃO DE SEGURANÇA DE PRODUTOS QUÍMICOS. • OS PRODUTOS DEVERÃO SER ENTREGUES COM NO MÍNIMO 18 MESES DE VALIDADE. • EMBALAGEM FRASCO DE 1 LITRO. <p>MARCAS INDICADAS: ITAJÁ, FACILITA, TUPI, COOPERÁLCOOL</p> <p>CÓDIGO INTERNO: C4148</p> <p>ENTREGA: ÚNICA</p>	264	FRASCO		
VALOR GLOBAL DA PROPOSTA			R\$		
VALIDADE DA PROPOSTA: 60 DIAS					
CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:					
CONDIÇÕES DE FATURAMENTO:					
VALOR MÍNIMO PARA FATURAMENTO:					
PRAZO PARA ENTREGA:					
DADOS BANCÁRIOS					
BANCO:			AG:	C/C:	

Avenida da Saudade, nº 1.004 – Ponte Preta – CEP: 13041-670 – Campinas – SP – PABX: (19) 3736-1300
 www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 03/06/26.
 Documento Nº: 466571-6907 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=466571-6907>



C/MC/ICV/202600048A

SIGA



Diretoria de Materiais e Patrimônio
Coordenadoria de Almoxarifado
almoxarifado@campinas.sp.leg.br
Ramal: 1890

V.23 1 2026

DADOS SÓCIO RESPONSÁVEL:	CPF:
<p>1. Declaro para todos os fins de Direito, que recebi e li integralmente o conteúdo do Termo de Referência, relativo ao objeto descrito no cabeçalho deste formulário. Portanto, estou ciente de que o (s) orçamento (s) enviado (s) por esta empresa está estritamente adequado a todas as exigências e condições de contratação de prestação de serviço e/ou fornecimento ali clausuladas, especialmente no que diz respeito a quantidades, unidades, especificações técnicas, forma de apresentação, metodologias e regras de execução, documentações e demais obrigações exigidas. Além disso, estão inclusas todas as despesas com materiais e equipamentos, mão de obra, transportes, encargos sociais, ferramentas e seguros, todos os tributos incidentes e demais encargos, enfim, todos os custos diretos e indiretos necessários à execução completa dos fornecimentos discriminados e especificações técnicas.</p> <p>2. Declaro, ainda, que se houver alguma incorreção no referido documento (Termo de Referência), seja de ordem técnica ou de restrição no mercado específico de comercialização dos materiais e/ou serviços a serem contratados, que inviabilize ou prejudique o correto fornecimento ou a prestação dos serviços, comunicarei imediatamente através de e-mail de contato, para que a Administração possa tomar as devidas providências de saneamento ou justificar a adoção da questionada medida.</p> <p>3. Declaro que não emprego menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII, art. 7º da Constituição Federal de 1988 e no art. 68, VI, da Lei 14.133/2021.</p> <p>4. Me comprometo a cumprir as obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, sob pena de extinção do contrato, conforme o disposto no art. 137, IX, da Lei 14.133/2021.</p> <p>5. Observações: É obrigatória a emissão de Nota Fiscal Eletrônica para qualquer operação destinada a Órgãos Públicos, independentemente do ramo de atividade exercida. (Art. 7º, III da Decisão Normativa CAT-17, de 24-11-2009).</p> <p>6. É necessária a emissão Nota fiscal de Venda de Mercadoria em concordância com Regulamento do ICMS do estado de São Paulo (RICMS/2000).</p> <p>Constitui condição para a contratação com o Poder Público a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, nos termos da legislação vigente.</p>	

RESPONSÁVEL PELO ENVIO DA PROPOSTA

NOME
CPF:

Avenida da Saudade, nº 1.004 – Ponte Preta – CEP: 13041-670 – Campinas – SP – PABX: (19) 3736-1300
www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 03/06/26.
Documento Nº: 466571-6907 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=466571-6907>



C/MC/ICV/202600048A

SIGA



Diretoria de Materiais e Patrimônio
Coordenadoria de Almoxarifado
almoxarifado@campinas.sp.leg.br
Ramal: 1890

V.23 1 2026

CARGO/FUNÇÃO
E-MAIL
TELEFONE

Local/Data

Assinatura

Avenida da Saudade, nº 1.004 – Ponte Preta – CEP: 13041-670 – Campinas – SP – PABX: (19) 3736-1300
www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 03/06/26.
Documento Nº: 466571-6907 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=466571-6907>





Diretoria de Materiais e Patrimônio
 Coordenadoria de Almoxarifado
 almoxarifado@campinas.sp.leg.br
 Ramal: 1890

Anexo 1B – Análise das Amostras

Estabelecer os critérios objetivos para avaliação das amostras apresentadas pelos licitantes, conforme Item 3.4 do Termo de Referência, bem como os resultados apresentados na análise efetuada.

ITEM	DESCRIÇÃO	CRITÉRIOS TÉCNICOS PARA AVALIAÇÃO	RESULTADO DA ANÁLISE
4	PAPEL HIGIÊNICO INSTITUCIONAL FOLHA DUPLA EM ROLO	1 – Verificar se é folha dupla, cor branco e dimensões aproximadas de 10 cm X 250 mts	
		2 - Não deverá apresentar odor não característico do material.	
		3 - O rolo deverá apresentar corte lateral sem rebarbas.	
		4 – Verificar se o produto está firmemente enrolado de maneira uniforme em tubete de papelão.	
		5 – Demonstração de conformidade com a Norma ABNT NBR 15464-10 de 11/2022, classe 1 (pontuação maior que 36) devendo ser apresentado laudo de ensaios realizados de acordo com a Norma ABNT NBR 15134.	
5	PAPEL TOALHA EM BOBINA	1 – Verificar se é folha simples, cor branco e dimensões aproximadas de 20 cm por 200 mts.	
		2 – Não deverá apresentar odor não característico do material.	
		4 – O rolo deverá apresentar corte lateral sem rebarbas.	
		5 – Verificar diâmetro do tubo que deve ser entre 4,5 e 5 cm conforme especificado no TR.	

Avenida da Saudade, nº 1.004 – Ponte Preta – CEP: 13041-670 – Campinas – SP – PABX: (19) 3736-1300
 www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 03/06/26.
 Documento Nº: 466571-6907 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=466571-6907>



C/MC/ICV/202600048A

		6 – Verificar se o produto está firmemente enrolado de maneira uniforme em tubete de papelão.	
		7 – Demonstração de conformidade com a Norma ABNT 15464-11:2010, classe 1 (pontuação maior que 39) devendo ser apresentado laudo de ensaios realizados de acordo com a Norma ABNT NBR 15134.	
9	SABONETE ESPUMA PARA LIMPEZA DAS MÃOS	1 – Verificar se a fragrância é suave e o sistema é de espuma.	
		2 – Será verificado na embalagem se o produto possui registro no MS/Anvisa.	
		3 – O produto deverá ter a FISPQ (Ficha de Informações de Segurança de Produtos Químicos) e a verificação será feita na página do fabricante na internet ou solicitado para que seja enviado via e-mail.	
		4 – Verificar se a embalagem contém externamente os dados de identificação, procedência, data de validade e quantidade do produto.	





DIRETORIA DE MATERIAIS E PATRIMÔNIO

licitacoes@campinas.sp.leg.br /
compras.camara.campinas@gmail.com
Ramal: 1590

ANEXO II - MODELO DE DECLARAÇÕES

Processo CMC-ADM-2026/00187

Pregão Eletrônico nº __/2026

EU _____ (nome completo), representante legal da _____ (denominação da pessoa jurídica), participante do PREGÃO ELETRÔNICO _____ realizado pela Câmara Municipal de Campinas, DECLARO sob as penas da lei:

- a) Para o caso de empresas em recuperação judicial: estou ciente de que no momento da assinatura do contrato deverei apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador, de que o LICITANTE está cumprindo o plano de recuperação judicial.
- b) Para o caso de empresas em recuperação extrajudicial: estou ciente de que no momento da assinatura do contrato deverei apresentar comprovação documental de que o LICITANTE está cumprindo as obrigações do plano de recuperação extrajudicial.
- c) Que não possuímos em nossos quadros administrador ou sócio com poder de direção que possua vínculo de parentesco, até o terceiro grau inclusive, com agente político ou Vereador de Campinas, ou ainda com servidor público de setor da Câmara Municipal de Campinas envolvido diretamente com o processo licitatório, ou com capacidade de nele influir.

Campinas, _____ de _____ 2026

Assinatura do representante

DIRETORIA DE MATERIAIS E PATRIMÔNIO

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta CEP: 13.041-670 – Campinas – São Paulo
(19) 3736-1590



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 03/06/26.
Documento Nº: 466571-6907 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=466571-6907>



CMCICV202600048A



DIRETORIA DE MATERIAIS E PATRIMÔNIO

licitacoes@campinas.sp.leg.br /
compras.camara.campinas@gmail.com

Ramal: 1590

ANEXO III
TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO
(CONTRATOS)

CONTRATANTE: _____
CONTRATADO: _____
CONTRATO Nº (DE ORIGEM): _____
OBJETO: _____
ADVOGADO (S)/ Nº OAB/email: (*) _____

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a. o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b. poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c. além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d. as informações pessoais dos responsáveis pela contratante estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP
PABX: (19) 3736-1300 - www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 03/06/26.
Documento Nº: 466571-6907 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=466571-6907>



C/MC/ICV/202600048A

**DIRETORIA DE MATERIAIS E PATRIMÔNIO**

licitacoes@campinas.sp.leg.br /
compras.camara.campinas@gmail.com

Ramal: 1590

termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme
“Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);

- e. é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damos-nos por NOTIFICADOS para:

- a. O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b. Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: _____

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:-

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

**RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA
DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:**Pelo contratante:**

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP
PABX: (19) 3736-1300 - www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 03/06/26.
Documento Nº: 466571-6907 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=466571-6907>



C/MC/ICV/202600048A



DIRETORIA DE MATERIAIS E PATRIMÔNIO

licitacoes@campinas.sp.leg.br /
compras.camara.campinas@gmail.com

Ramal: 1590

Assinatura: _____

Pela contratada:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

(*). Facultativo. Indicar quando já constituído, informando, inclusive, o endereço eletrônico.

Avenida da Saudade, nº 1.004, Ponte Preta - CEP: 13.041-670 – Campinas – SP
PABX: (19) 3736-1300 - www.campinas.sp.leg.br



Assinado com senha por JULIO CESAR FAVINHA 03/06/26.
Documento Nº: 466571-6907 - consulta à autenticidade em
<http://sigadoc.campinas.sp.leg.br/sigaex/autenticar.action?n=466571-6907>



C/MC/ICV/202600048A

CMC-ADM-2026/00187

CONTRATO Nº XX/2026

CONTRATO DE FORNECIMENTO PARCELADO DE MATERIAIS DE LIMPEZA, HIGIENE E DESCARTÁVEIS, POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, QUE ENTRE SI CELEBRAM CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS E A EMPRESA XXXXXXXXXXXXX.

O Município de Campinas, por intermédio da Câmara Municipal de Campinas, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 49.425.994/0001-87, com sede na Av. da Saudade, 1004 – Bairro Ponte Preta, Campinas, Estado de S. Paulo, representada pelo seu Presidente Vereador Luiz Carlos Rossini, domiciliado nesta cidade, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a Empresa XXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ/MF sob o nº XXXXXXXXXXXXX com sede na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX doravante denominada **CONTRATADA**, representada por XXXXXXXXXXXXX, ajustam o presente instrumento, nos termos da Lei nº 14.133/2021, partes integrantes deste instrumento, independente de transcrição, juntamente com a Proposta apresentada pela CONTRATADA, resultante do Protocolo Interno CMC-ADM-2026/00187, ficando, porém, ressalvadas como não transcritas as condições nela estipuladas que contrariarem as disposições deste CONTRATO, que reger-se-á pelas Cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O presente instrumento tem por objeto o Grupo nº XX, item XX do Pregão Eletrônico nº XX/202X, que licitou a contratação de empresas para fornecimento parcelado de materiais de limpeza, higiene e descartáveis, por um período de XX (XXXX) meses, para a Câmara Municipal de Campinas (CMC), conforme especificações técnicas no Termo de Referência. (Anexo I do Edital).

Avenida da Saudade, nº. 1004 – Ponte Preta – CEP: 13041-670 – Campinas – SP – PABX: (19) 3736-1300



CMC-ADM-2026/00187

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR

2.1 – Os valores do(s) item(ns) a serem fornecidos pela CONTRATADA são os indicados abaixo:

Grupo	Item	Descrição	Qtde.	Unid.	Valor Unit. (R\$)	Valor Total (R\$)
X	1	Fósforo, corpo de madeira, tipo curto – pacote c/ 10 caixas	10	Pacote	X	X
X	2	Copo descartável biodegradável 180 ml – pacote c/ 100 unid.	2850	Pacote	X	X
X	3	Detergente líquido neutro – frasco 500 ml	192	Frasco	X	X
X	4	Papel higiênico institucional folha dupla – fardo c/ 8 rolos (AMOSTRA)	222	Fardo	X	X
X	5	Papel toalha institucional folha simples – fardo c/ 6 rolos (AMOSTRA)	590	Fardo	X	X
X	6	Limpador multiuso líquido – frasco 500 ml	252	Frasco	X	X
X	7	Lustra móveis – frasco 500 ml	84	Frasco	X	X
X	8	Limpa vidros líquido – frasco 500 ml	48	Frasco	X	X
X	9	Sabonete espuma para mãos – refil 700 a 800 ml (AMOSTRA)	720	Unid.	X	X
X	10	Limpa carpete líquido – frasco 500 ml	15	Frasco	X	X
X	11	Escova sanitária tipo lavatina, sem suporte	120	Unidade	X	X
X	12	Detergente líquido limpeza pesada – bombona 5 L	60	Bombona	X	X
X	13	Hipoclorito de sódio 5% – bombona 5 L	27	Bombona	X	X
X	14	Álcool antisséptico gel 70° GL – refil 700 a 800 ml	190	Refil	X	X
X	15	Desinfetante uso geral – bombona 5 L	60	Bombona	X	X

Avenida da Saúde, nº. 1004 – Ponte Preta – CEP: 13041-670 – Campinas – SP – PABX: (19) 3736-1300



CMC-ADM-2026/00187

X	16	Luva plástica em polietileno – pacote c/ 100 unid.	12	Pacote	X	X
X	17	Álcool etílico hidratado 46° INPM – frasco 1 L	264	Frasco	X	X

2.2 – O valor total do contrato é de **R\$ XXXXX (XXXXXX)**

2.3 - Os valores unitários apresentados permanecerão fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir da data da emissão da análise de pesquisa de preços elaborada pela Coordenadoria de Compras e Licitações, a qual será considerada marco temporal do orçamento estimativo da contratação, **XXXXXX (XXXXXX)**.

2.4 - Após 12 (doze) meses contados da data definida no item anterior, mediante requisição da Contratada, o contrato poderá ser reajustado conforme o acumulado de 12 (doze) meses do índice IPCA (IBGE).

2.5 – O reajuste do item 2.4 não se aplica automaticamente.

2.5.1 – A CONTRATADA deverá solicitar o reajuste anteriormente ou em até 2 (dois) meses da data definida no item 2.3.

2.5.1.1 – Passados 2 (dois) meses da data definida no item anterior, o reajuste se operará a partir da data da solicitação da CONTRATADA em diante, não retroagindo à data da proposta.

2.6 - Nos termos do artigo 136 da Lei Federal 14.133/2021, o reajuste será realizado por simples apostila.

2.7 - Eventuais pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro, que visem demonstrar fato(s) superveniente(s) imprevisível(eis) ou de difícil previsibilidade que alterem ou alteraram o equilíbrio econômico-financeiro da contratação, serão analisados no prazo de até 20 (vinte) dias úteis pela Contratante.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DO EMPENHO

Avenida da Saudade, nº. 1004 – Ponte Preta – CEP: 13041-670 – Campinas – SP – PABX: (19) 3736-1300



CMC-ADM-2026/00187

3.1 - As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da dotação orçamentária consignada no orçamento vigente de nº **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS

4.1 – O contrato terá o prazo de vigência de **12 (doze) meses**, contados da data de sua assinatura, nos termos do art. 105 da Lei Federal 14.133/2021, **podendo ser prorrogado até 60 (sessenta) meses, nos termos do art. 107 da mesma Lei.**

4.1.1 – O contrato poderá ter sua vigência prorrogada automaticamente, conforme art. 111 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 5.1 – Emitir Ordem de Fornecimento e Termos de Recebimento Provisório e Definitivo;
- 5.2 - Emitir Termo de Recebimento Provisório será emitido após o término da instalação da etapa;
- 5.3 - Emitir Termo de Recebimento Definitivo após a instalação de todas as etapas;
- 5.4 - Proporcionar condições para que a Contratada possa desempenhar os serviços dentro das normas contratuais;
- 5.5 - Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços contratados, bem como atestar, nas notas fiscais e faturas, a efetiva prestação dos serviços, por meio de fiscal devidamente nomeado;
- 5.6 - Efetuar o pagamento à Contratada, na conclusão dos serviços;
- 5.7 - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;
- 5.8 - Permitir o livre acesso dos empregados da Contratada para a execução do objeto do contrato;
- 5.9 - Aplicar à Contratada as penalidades regulamentares e contratuais;

Avenida da Saudade, nº. 1004 – Ponte Preta – CEP: 13041-670 – Campinas – SP – PABX: (19) 3736-1300



CMC-ADM-2026/00187

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 - Além das obrigações previstas nos demais anexos do edital, em especial no Anexo I – Termo de Referência, a Contratada deverá:

6.1.1 - Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no momento da contratação, apresentando sempre que exigidos, os comprovantes de regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista;

6.1.2 - A Contratada deverá providenciar em até 5 dias antes no início da instalação:

6.1.2.1 - Carta de nomeação de preposto;

6.1.2.1.1 - O Preposto deverá assinar a respectiva carta, demonstrando que está anuindo à responsabilidade.

6.1.3 - Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas disciplinares determinadas pela CONTRATANTE;

6.1.4 - Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados, acidentados ou com mal súbito;

6.1.5 - Indenizar a CONTRATANTE, pelo justo valor dos eventuais danos, avarias e inutilização de quaisquer bens da Instituição ou de terceiros, sob pena de desconto do respectivo valor dos créditos da Contratada, sem prejuízo de outras sanções cabíveis;

6.1.6 - Comunicar a CONTRATANTE, por meio de seu preposto, imediatamente e por escrito, toda e qualquer ocorrência que dificulte ou impeça a execução dos serviços.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA GESTÃO CONTRATUAL

Avenida da Saudade, nº. 1004 – Ponte Preta – CEP: 13041-670 – Campinas – SP – PABX: (19) 3736-1300



CMC-ADM-2026/00187

7.1 - A Presidência da Casa indicará, através de Ato de Designação, representante, ou representantes, caso haja necessidade, para atuarem como fiscais e gestores do Ajuste, cabendo, a estes as seguintes atribuições, respectivamente:

7.1.1 - Aos fiscais: Não obstante a contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução do objeto, a CONTRATANTE se reserva no direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização, diretamente ou por servidores designados, podendo para isso:

7.1.1.1 - Acompanhar a execução dos fornecimentos e serviços, verificando, periodicamente, a sua compatibilidade com o disposto no Termo de Referência e no contrato, dando o aceite na Nota Fiscal somente se executado satisfatoriamente.

7.1.1.2 - Trabalhar como interlocutor entre a Câmara e a CONTRATADA.

7.1.1.3 - Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário à sua regularização.

7.1.2 – Ao Fiscal Administrativo do Contrato:

7.1.2.1 – Auxiliar o Gestor do Contrato nos atestes dos documentos de cobrança;

7.1.2.2 – Verificar a entrega ou emissão das certidões negativas de débitos.

7.1.2 - Aos gestores: atestar as notas fiscais emitidas pela Contratada, em conjunto com o fiscal administrativo ou isoladamente; notificar formalmente a Contratada se houver o descumprimento de algum item do Termo de Referência, deste contrato ou da legislação vigente, concedendo prazo para defesa prévia; sugerir que a autoridade superior aplique ou deixe de aplicar as penalidades contratuais contra a Contratada; encaminhar o processo para comissão de aplicação de sanção se for o caso, conforme art. 158 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA OITAVA – DOS PEDIDOS, RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

Avenida da Saudade, nº. 1004 – Ponte Preta – CEP: 13041-670 – Campinas – SP – PABX: (19) 3736-1300



CMC-ADM-2026/00187

8.1 – As Ordens de Fornecimento serão encaminhadas pela Contratante ao e-mail indicado pela CONTRATADA em sua proposta.

8.1.1 - Os Fornecimentos efetuados sem a referida ordem de fornecimento serão recusados pela contratante.

8.2 – Os prazos e formas para entrega e execução, a partir da emissão da ordem de fornecimento, serão os dispostos no item 4 do Termo de Referência.

8.4 – Os bens serão recebidos provisoriamente pelo fiscal do contrato, oportunidade em que se observarão as informações constantes da nota fiscal/fatura em confronto com a respectiva Ordem de Fornecimento.

8.5 - Os bens serão recebidos definitivamente, pelo fiscal do Contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da notificação de conclusão da montagem e instalação de todo mobiliário, após a verificação da especificação e qualidade dos bens, em conformidade com este Termo de Referência, com o Contrato e com a respectiva Ordem de Fornecimento;

8.6 – O recebimento definitivo por parte da Câmara Municipal de Campinas não eximirá a Contratada da responsabilidade por quaisquer vícios de quantidade ou qualidade que venham a se verificar posteriormente, circunstância em que as despesas com correções, trocas ou reposições correrão por conta exclusiva da Contratada;

8.7 – A entrega e o descarregamento dos bens no Setor de Almoxarifado da Câmara Municipal de Campinas ficarão a cargo da Contratada, devendo ser providenciada a mão de obra necessária.

8.7.1 – No caso de entrega por meio de empresa especializada, a CONTRATADA será a única e exclusiva responsável pela efetiva entrega e descarregamento dos bens no setor de Almoxarifado da Câmara Municipal de Campinas, e poderá ainda ser responsabilizada pela conduta dos empregados da empresa entregadora, que deverão observar todos os deveres de conduta que os próprios colaboradores da CONTRATADA teriam que cumprir.

8.8 – O objeto deste Contrato será executado sob a forma de fornecimento parcelado.

Avenida da Saudade, nº. 1004 – Ponte Preta – CEP: 13041-670 – Campinas – SP – PABX: (19) 3736-1300



CMC-ADM-2026/00187

CLÁUSULA NONA– DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.1 - A CONTRATANTE terá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento provisório dos itens, para receber e atestar a Nota Fiscal emitida ou rejeitá-la.

9.1.1 - A Contratada deverá enviar, junto com a nota fiscal, a Certidão Negativa de Débitos perante a Fazenda Estadual competente, a Certidão Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e Certidão Negativa de Débitos Trabalhista (CNDT), devidamente atualizadas, para conferência de sua regularidade.

9.1.1.1 - Caso a CONTRATADA não apresente as certidões ou as mesmas apresentem apontamentos e não seja providenciada a sua regularização, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da notificação, a qual será feita por e-mail, poderá sofrer a penalidade discriminada na cláusula décima, item 10.1.2.2;

9.1.2 - Serão aceitas certidões positivas com efeito de negativas.

9.1.3 - A Contratada deverá apresentar os documentos correspondentes ao estabelecimento (matriz ou filial) através do qual executará o contrato.

9.1.4 - É vedada a mescla de documentos de regularidade fiscal e trabalhista de estabelecimentos diversos, exceto prova de regularidade para com a Fazenda Federal, para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS) e para com a Justiça do Trabalho (CNDT), caso a sede realize o recolhimento desses tributos de forma centralizada.

9.2 - A Nota Fiscal rejeitada será devolvida à CONTRATADA para as necessárias correções, com as informações que motivaram a sua rejeição, contando-se o prazo estabelecido no item 9.1, a partir da data da sua reapresentação.

9.3 - A CONTRATANTE providenciará o pagamento em até 15 (quinze) dias corridos, contados do ateste da Nota Fiscal, conforme o disposto no item 9.1.

9.4 - A CONTRATANTE poderá deduzir do pagamento importâncias que a qualquer título lhe forem

Avenida da Saudade, n°. 1004 – Ponte Preta – CEP: 13041-670 – Campinas – SP – PABX: (19) 3736-1300



CMC-ADM-2026/00187

devidas pela CONTRATADA.

9.5 - Estão incluídos no valor total do objeto os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributos, seguros, transportes, embalagens, licenças, despesas de frete e todas as demais despesas necessárias para a entrega dos bens adquiridos;

9.6 - Pelo atraso injustificado do pagamento, por parte da CONTRATANTE, incidirá sobre o valor em atraso, a partir do dia posterior à data do vencimento e pro-rata tempore, correção monetária pelo IPCA (IBGE), bem como juros simples no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

10.1 - Por descumprimento de cláusulas contratuais ou pela inexecução total ou parcial do Contrato, a Contratada poderá, após a apreciação de defesa prévia, sofrer as seguintes penalidades, de acordo com a gravidade da falta (Art. 156 da Lei 14.133/21):

10.1.1 - Advertência, quando constatada inexecução parcial do contrato causada pela CONTRATADA;

10.1.2 - Multa, nas seguintes situações:

10.1.2.1 - de 2% (dois por cento), incidente sobre o valor da Ordem de Fornecimento, por dia de atraso na entrega dos produtos, até o 15º (décimo quinto) dia corrido de atraso, após o que, a critério da Contratante, poderá ser promovida a extinção do ajuste;

10.1.2.1.1. Em eventuais 2 (dois) primeiros atrasos de entrega que a Contratada venha a cometer, a Contratante poderá, a seu critério exclusivo, converter a multa do item 10.1.2.1 em advertência do item 10.1.1, desde que:

a) o atraso não tenha ultrapassado 7 (sete) dias corridos;

b) a fiscalização do contrato ateste que atraso não causou prejuízo à Contratante;



CMC-ADM-2026/00187

c) a empresa não tenha nenhuma outra ocorrência registrada contra si, além dos dois atrasos.

10.1.2.2 - de 0,5% (meio por cento) sobre o valor do contrato no caso de não serem apresentadas as certidões exigidas na cláusula 9.1.1, conforme o item 9.1.1.1;

10.1.2.3 - de até 5% (cinco por cento), incidentes sobre o valor do Contrato, por descumprimento de qualquer exigência disposta no Termo de Referência, no contrato ou na lei. No caso de reincidência, poderá ser promovida a extinção do ajuste;

10.1.2.4 - de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato e aplicação da penalidade do item 10.1.4 (inidoneidade), no caso de apresentação de documento falso ou de conteúdo falso (falsidade ideológica);

10.1.2.4.1 - Caso seja comprovada a idoneidade da documentação originalmente apresentada, será afastada penalidade do item 10.1.2.4;

10.1.2.4.2 – Caso a empresa comprove a não ter havido dolo na apresentação da documentação falsa e reapresente documentação idônea no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, poderá ser aplicada apenas a penalidade de multa e aplicação da penalidade de inidoneidade.

10.1.2.5 - Em caso de extinção do Contrato pela Contratante, decorrente do que prevê os subitens 10.1.2.1, 10.1.2.2 e 10.1.2.3, ou de qualquer descumprimento de outra obrigação da contratada, será aplicada, garantida a defesa prévia, multa de até 30 % (trinta por cento) do valor total do Contrato, de acordo com a gravidade da infração, descontado o percentual já aplicado no caso dos subitens em referência.

10.1.2.6 - Em caso de reincidência das condutas previstas nos subitens 10.1.2.1 a 10.1.2.3, caso a Contratante não opte pela extinção, deverá aplicar o percentual da multa multiplicado pelo número de descumprimentos tipificados nos subitens em comento, sem prejuízo da majoração da multa, de acordo com o tempo em que perdurou a conduta, se assim dispuser a redação do item infringido.

10.1.2.7 - de 3% (três por cento) sobre o valor da Ordem de Fornecimento no caso de entrega de produtos com características diferentes das atestadas nos laudos técnicos, ou pela não apresentação de novos laudos quando houver mudança de lote, conforme exigido nos itens 8.3.1 e 8.3.2.



CMC-ADM-2026/00187

10.1.3 – Impedimento de licitar e contratar com o Município no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Campinas, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.1.3.1 - Nos casos de declaração de impedimento, a empresa penalizada poderá, decorrido o prazo de 01 (um) ano da declaração, requerer a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida se a empresa ressarcir a contratante pelos prejuízos resultantes e desde que cessados os motivos determinantes da punição.

10.1.4 – declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.

10.1.4.1 - Nos casos de declaração de inidoneidade, a empresa penalizada poderá, decorrido o prazo de 03 (três) anos da declaração, requerer a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida se a empresa ressarcir a contratante pelos prejuízos resultantes e desde que cessados os motivos determinantes da punição.

10.2 - As multas serão, após o regular processo administrativo, cobradas administrativa ou judicialmente, ou descontadas dos créditos da Contratada.

10.3 - As penalidades previstas nos subitens 10.1.1, 10.1.3 e 10.1.4 poderão ser aplicadas com as multas previstas no subitem 10.1.2.

10.4 - As penalidades previstas nesta cláusula têm caráter de sanção administrativa, não eximindo a Contratada de reparar os prejuízos que seu ato venha acarretar ao Contratante.

10.5 - O descumprimento parcial ou total, por uma das partes, das obrigações que lhes correspondam, não será considerado inadimplemento contratual se tiver ocorrido por motivo de caso fortuito ou de força maior, devidamente justificados e comprovados. O caso fortuito, ou de força maior, verifica-se no fato necessário, cujos efeitos não eram possíveis evitar, ou impedir, nos termos do parágrafo único do art. 393 do Código Civil.

10.6 - Na aplicação de quaisquer sanções previstas na Legislação, serão garantidos à CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa.

10.6.1. No caso de possibilidade de aplicação de multa, a notificação para apresentação de defesa prévia será enviada com o valor da multa proposto, devendo a Contratada, no prazo de 15 (quinze)

Avenida da Saudade, n°. 1004 – Ponte Preta – CEP: 13041-670 – Campinas – SP – PABX: (19) 3736-1300



CMC-ADM-2026/00187

dias úteis: a) concordar com o valor aplicado, que será descontado de futuros créditos da Contratada, sendo possibilitado, também, o depósito da multa na conta indicada; b) não se manifestar, ensejando a instauração de processo administrativo para aplicação de penalidade; c) apresentar defesa prévia, ensejando a instauração de processo administrativo para aplicação de penalidade.

10.6.2. A Contratante poderá, a seu critério, considerar a gravidade da infração, os antecedentes da empresa, a conduta da Contratada e de seu preposto na solução de problemas apontados pelos fiscais do contrato, para evocar os princípios da razoabilidade e proporcionalidade nas apurações e aplicações das penalidades estipuladas neste contrato, nos casos em que as sanções se mostrem desproporcionalmente gravosas à Contratada se comparadas aos prejuízos que esta causou à Contratante.

10.7 - Aplica-se, aos casos omissos, o disposto na Lei 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

11.1 - Constituem motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

11.1.1 - não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

11.1.2 - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

11.1.3 - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

11.1.3.1 – No caso de fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA, e desde que a CONTRATANTE seja comunicada imediatamente após a referida operação societária, a CONTRATANTE, facultativamente, poderá optar por não extinguir o presente contrato, desde que tal mudança:

a) Não tenha sido efetuada com o intuito de fraudar ao certame licitatório;

Avenida da Saudade, nº. 1004 – Ponte Preta – CEP: 13041-670 – Campinas – SP – PABX: (19) 3736-1300



CMC-ADM-2026/00187

b) Não tenha acarretado violação à isonomia dos licitantes, prejuízo à obtenção da melhor proposta por parte da CONTRATANTE ou prejudicado de qualquer outra forma os preceitos do certame licitatório;

c) haja justificado interesse público que autorize tal manutenção; e

d) não prejudique a execução do contrato.

11.1.4 - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

11.1.5 - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

11.1.6 - atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

11.1.7 - atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;

11.1.8 - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

11.1.9 - não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

11.2 - A extinção do contrato poderá ser:

11.2.1 - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

11.2.2 - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

Avenida da Saudade, nº. 1004 – Ponte Preta – CEP: 13041-670 – Campinas – SP – PABX: (19) 3736-1300



CMC-ADM-2026/00187

11.2.3 - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

11.3 - A extinção por descumprimento das cláusulas contratuais acarretará:

11.3.1 - a retenção dos créditos decorrentes do Contrato, para fins de pagamento à CONTRATANTE dos valores das multas e de eventuais indenizações por prejuízos sofridos pela CONTRATANTE; e/ou

11.3.2 - a execução da garantia contratual, para ressarcimento à CONTRATANTE dos valores das multas e indenizações a ela devidos, bem como a retenção dos créditos decorrentes do Contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GARANTIA DE ADIMPLEMENTO CONTRATUAL

12.1 – A Contratada deverá enviar a garantia, no valor de **R\$ XXXXX (XXXXXXXX)** equivalente a 5% (cinco por cento) do valor total deste contrato, para os e-mails ccon@campinas.sp.leg.br e doc.trabalhista@campinas.sp.leg.br, em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura deste instrumento.

12.1.1 - Caberá à CONTRATADA a escolha da modalidade de garantia a ser apresentada, nos termos do que dispõe o § 1º do artigo 96, da Lei nº 14.133/2021, dentre as que seguem:

a) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

b) seguro-garantia;

c) fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;

d) título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

12.1.2 – No caso de apresentação de seguro-garantia, a CONTRATADA deverá apresentar em até

Avenida da Saudade, nº. 1004 – Ponte Preta – CEP: 13041-670 – Campinas – SP – PABX: (19) 3736-1300



CMC-ADM-2026/00187

01 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato.

12.1.3 - No caso de opção pelo seguro-garantia ou pela fiança bancária, a garantia deverá vigor pelo período de 03 (três) meses a mais em relação à vigência deste contrato;

12.1.4 - No caso de opção pela caução em dinheiro, a garantia será devolvida após 03 (três) meses do término da vigência do contrato, caso não exista Registro de Ocorrência, Processo Administrativo ou qualquer outra apuração de descumprimento contratual em curso;

12.1.5 – Caso a empresa não apresente a garantia no prazo disposto no item 12.1, será retido o seu valor dos pagamentos a que empresa Contratada tem direito, até a data de sua apresentação em conformidade com o disposto neste instrumento.

12.1.6 - A garantia apresentada na modalidade de caução em dinheiro será devolvida mediante requerimento da CONTRATADA, com correção monetária (mesma aplicável à caderneta de poupança), após a conclusão do objeto do contrato, descontadas as multas não pagas e o valor dos prejuízos causados em razão do não cumprimento das obrigações contratuais ou por qualquer outro motivo pertinente à avença e sua execução, mediante autorização do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campinas.

12.1.6.1 - A CONTRATADA, no momento que efetuar o depósito na modalidade caução, deverá informar os dados bancários para a devolução da garantia ou do seu remanescente, após o prazo previsto no item 12.1.3.

12.1.6.2 – Caso a CONTRATADA não requeira a devolução da garantia em caução no prazo do item 12.1.3 ou nos meses subsequentes ao prazo, a CONTRATANTE deverá notificá-la para levantar a garantia, primeiramente, no e-mail da proposta comercial e, caso não obtenha resposta, no Diário Oficial do Poder Legislativo de Campinas (diario.campinas.sp.leg.br). Caso não obtenha resposta da Contratada ou por quem a suceda, após 5 (cinco) anos da notificação em Diário, a garantia será usucapida pela CONTRATANTE, conforme o art. 1.262 do Código Civil, e repassada ao tesouro do MUNICÍPIO.

12.2 - A CONTRATADA perderá a garantia em favor da CONTRATANTE se este contrato for rescindido por culpa ou dolo imputável à primeira.



CMC-ADM-2026/00187

12.3 - Caso haja aditamento de valor contratual, a CONTRATADA deverá complementar a garantia, de forma a totalizar 5% (cinco por cento) da somatória do valor do contrato e seu(s) aditamento(s).

12.4 - A garantia deverá ser restabelecida, em sua totalidade, caso seja utilizada ou se torne insuficiente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA GARANTIA DOS PRODUTOS

13.1 - Oferecer garantia mínima nos termos do item 4.2. do Termo de Referência, contatos a partir da data de emissão do aceite do fiscal do contrato

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FUNDAMENTO LEGAL

14.1 - O presente contrato é celebrado com base na licitação realizada na modalidade “Pregão Eletrônico nº **XX/202X**”, homologada pelo Exmo. Sr. Presidente da CONTRATANTE, conforme protocolo interno CMC-ADM-2026/00187, sujeitando-se os Contratantes às normas da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.

14.2 - Integram o presente contrato a proposta da CONTRATADA, o Termo de Referência e todos os atos e termos referentes ao protocolo interno CMC-ADM-2026/00187, em especial, os anexos do edital do Pregão Eletrônico nº **XX/202X**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

15.1 – A CONTRATANTE providenciará a publicação do presente contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e, em extrato, no Diário Oficial do Município de Campinas, conforme artigos 94, I; 174, § 2º, V; e 175, todos da Lei federal n.º 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO E DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Avenida da Saudade, n.º. 1004 – Ponte Preta – CEP: 13041-670 – Campinas – SP – PABX: (19) 3736-1300



CMC-ADM-2026/00187

16.1. Para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de Campinas, por mais privilegiado que outros sejam.

16.2. - A data de assinatura será certificada por servidor lotado na Central de Contratos e Convênios da Câmara Municipal de Campinas, por meio de certidão a ser juntada no subprocesso do contrato **CMC-ADM-2026/00187.0X**, conforme a data em que o último representante de uma das PARTES qualificada no preâmbulo assinar o contrato.

16.3 - E por estarem justas e contratadas, firmam as partes o presente instrumento, assinado digitalmente e incluso no processo de contrato **CMC-ADM-2026/00187.0X**, vinculado e criado a partir do processo administrativo **CMC-ADM-2026/00187**.

Campinas, ____ de _____ de 2026

Luiz Carlos Rossini
Contratante

XXXXXXXXXXXX
Contratada

Testemunhas:

1 – Ronan Domingues Vieira
CPF: 404.888.438-71

2 – Marcelo Sousa Gomes
CPF: 415.769.888-64

3 – Linconl Carlos dos Santos
CPF: 228.028.128-74

4 – Kawan Herculino Tostes
CPF: 444.874.538-44

Avenida da Saudade, n°. 1004 – Ponte Preta – CEP: 13041-670 – Campinas – SP – PABX: (19) 3736-1300

